

## 2 A HORA E A VEZ DOS NOVOS ATORES: O lento alargamento da esfera política do RN, nos anos 80.

---

*“Todos estão falando de uma revolução,  
assim, baixinho.  
Sopra o vento lá nos seringais,  
do que está marcado a fogo e aço nas usinas.  
Sobe os morros e os becos das capitais,  
e lá vai o buxixo nas esquinas.  
Quem não tem nada vai querer  
pegar o que é seu.  
Quem não tem nada vai querer  
ganhar o que perdeu. [...]   
Pois um dia vira a mesa,  
Não dá pra evitar: uma revolução vem vindo.  
Pois um dia vira a mesa e todos vão falar,  
e já não vai ser baixinho.  
Uma revolução vem vindo.”*

*(Joyce, in “Falando de uma revolução”)*

A compreensão do processo de alargamento da esfera política potiguar, no decorrer da década de oitenta, deve articular pelo menos duas dimensões: a primeira relaciona-se com a dinâmica da conjuntura política e social nacional, de transição de um regime ditatorial a um outro democrático, o que não apenas baliza o posicionamento dos grupos sociais dominantes, mas permite entender o aparecimento de atores sociais e políticos que experienciam novas formas de sociabilidade, instituem espaços coletivos alternativos ou uma esfera pública “própria”, a partir do que constroem suas invocações de sentido, e se inserem no processo de definição do terreno da política, aberto pela transição. A segunda diz respeito aos efeitos desse processo na realidade específica do RN, sintonizando-os às transformações que ocorrem no âmbito da estrutura sócio-econômica do estado, imprimindo-lhe um caráter cada vez menos agro-exportador e mais articulado aos processos de modernização e desregionalização da economia nordestina.

## 2.1 As tramas da Transição Democrática brasileira.

Desde o advento da República, a história da formação dos partidos no Brasil se combina e se articula intimamente com os processos de redefinição da esfera pública e dos espaços institucionais-estatais, os quais impõem, ao longo da história republicana, uma profunda *descontinuidade* político-institucional<sup>1</sup> e uma evidente debilidade dos sucessivos sistemas partidários<sup>2</sup>, criados e mantidos em volta de um Estado altamente centralizado e burocratizado.

Nesse sentido, o traço burocrático-patrimonial do Estado brasileiro, associado ao peso do governo federal em instâncias econômicas e administrativas do país, produz efeitos poderosos no sentido do fortalecimento de uma cultura política “clientelista” e “fisiológica”, cultura esta que atua no universo simbólico da maioria da população como descaracterizadora da substância ideológico-programática dos partidos.

Com o golpe civil-militar de 1964 e, em especial, com o Ato Institucional nº 5, em 1968, esta lógica foi reforçada: aumentou-se o poder do Executivo, em detrimento das prerrogativas dos dois partidos permitidos pelo regime; e se afo-gou a livre e ampla atividade política da sociedade civil, até, pelo menos, a segunda metade da década de 70, quando se assistiu o ressurgimento de amplos movimentos sociais, organizados contra os efeitos da política econômica imposta pelo regime e em favor de bandeiras que apontavam no sentido da “redemocrati-

---

<sup>1</sup> Segundo Lamounier, Meneguello(1986, p. 20), o Brasil, ao longo de sua história como país independente, “conheceu nada menos do que sete *formações* partidárias distintas: 1) liberais *versus* conservadores, de 1837 até a proclamação da República em 1889; 2) partidos únicos estaduais (ditos ‘republicanos’) na Primeira República, até a Revolução de 1930; 3) um pluripartidarismo embrionário (polarizado nos extremos pelos movimentos integralista e comunista) até o golpe que instaurou o Estado Novo, em novembro de 1937; 4) um pluripartidarismo melhor configurado de 1945 até sua extinção pelo Ato Institucional nº. 2, em 1965; 5) um bipartidarismo tutelado (ARENA *versus* MDB) no âmbito do regime militar, de 1965 a 1979; 6) retorno controlado ao pluripartidarismo através da reforma partidária de 1979, tendo como principais organizações o PDS e o PMDB, sucessores, respectivamente, da ARENA e do MDB, até, 1985; ampliação do leque pluripartidário a partir da emenda Constitucional nº. 25, de maio de 1985, que permitiu inclusive a legalização de partidos de orientação marxista e suspendeu praticamente todas as restrições de novos partidos.”

<sup>2</sup> O conceito de sistema político-partidário, aqui utilizado, “delineia como objeto de interesse o conjunto de relações dos diversos partidos entre si, com o corpo eleitoral e com os grupos de interesse, por um lado, e com os diversos aparatos, que compõem o Estado, em sentido estrito, por outro.” (Souza, 1990, p. 43)

zação”, como: a Anistia aos presos políticos, o restabelecimento das liberdades democráticas, etc..

Esta conjuntura ganhou novos contornos em fins da década de 70, quando da explosão das greves do ABCD paulista, trazendo à cena política o chamado “novo sindicalismo”, portando um discurso calcado na defesa da recuperação de perdas salariais<sup>3</sup> e no questionamento ao atrelamento dos sindicatos ao Estado, garantido pela legislação trabalhista, então em vigor.<sup>4</sup>

Premido por um amplo questionamento do caráter “fechado” do sistema político e dos rumos de suas políticas econômicas, o regime articulou iniciativas de reorganização política no bloco hegemônico do poder. Uma delas foi a reforma partidária de 1979, que extinguiu o bipartidarismo tutelado, expresso na polaridade ARENA/MDB, e criou as condições para uma reacomodação institucional, com novas agremiações partidárias. Neste processo, inicialmente, apareceram os seguintes partidos: o PP (Partido Popular), o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o PDS (Partido Democrático Social), o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PT.

O PP – que, mais tarde, fundir-se-ia com o PMDB -,

*“foi organizado por membros conservadores do antigo MDB que acreditavam em sua própria potencialidade como governo de transição no contexto da política de liberalização controlada da ‘abertura’. Integrado basicamente por capitalistas e representantes dos setores financeiros, o PP contava com considerável apoio econômico e suficiente cacife político para impor negociações e a partilha do poder.” (Alves, 1987, p. 275)*

<sup>3</sup> A campanha de reposição das perdas salariais, que deu origem às primeiras greves no ABCD paulista, partiu da descoberta, pelo DIEESE, de provas de que em 1973 o governo havia manipulado os índices relativos ao aumento do custo de vida. Segundo um grupo de economistas do Banco Mundial, o índice real deveria ter sido de 22,5% e não 14,9%, como afirmava o governo. A fundação Getúlio Vargas, responsável pelos cálculos, reviu suas contas relativas à 1973 e tornou público o aumento daquele índice de 15,5% para 20,5%. De posse desses dados, o DIEESE realizou um estudo estimativo, a pedido do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, de aumento salarial adicional que os metalúrgicos teriam recebido não fosse a manipulação dos índices. O estudo indicava que o índice era da ordem de 34,1%. (Sader, 1988, p. 182-183)

<sup>4</sup> Conforme a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), instituída durante o primeiro governo Vargas, os sindicatos eram definidos como órgãos colaboradores do governo à promoção da paz social e podiam sofrer intervenções do Ministério do Trabalho em qualquer dos seus assuntos internos.

O PDS aparecia, claramente, como legítimo continuador da ARENA, assumindo, com isso, o papel de principal sustentáculo do regime.

O PMDB, por sua vez,

*“implantava-se como o maior partido de oposição e herdeiro oficial da maioria dos membros do antigo MDB e de seus bens. O partido congregou assim, sob a bandeira única da luta pela democracia, grupos que representavam desde grandes capitalistas a camponeses e operários do ‘novo movimento sindical’. Em termos ideológicos, não era menos variada a composição do PMDB, abrangendo tanto ex-integrantes dos governos militares como antigos participantes da luta armada.”*(Alves, 1987, p. 275)

O PTB congregava

*“três importantes correntes do poder político: o trabalhismo populista de Getúlio Vargas, representado por sua presidente Ivete Vargas, sobrinha do ex-presidente; o janismo, liderado em São Paulo pelo ex-presidente Jânio Quadros; e a herança conservadora do ex-governador Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro. A união das correntes trabalhistas com as do janismo em S. Paulo e as do lacerdismo no Rio de Janeiro dotaria o partido de considerável força na arena política. Sua linguagem de oposição vinha nuançada por um posicionamento prático de negociação que levava os membros do PTB a votar ora com a oposição, ora com o governo.”*(Alves, 1987, p. 275)

Porém, vale a pena assinalar a disputa que ocorre no interior do PTB, opondo, de um lado, os setores liderados por Leonel Brizola, mais identificados com a social-democracia européia, e de outro, os chamados “fisiológicos” comandados por Ivete Vargas. Esta disputa, interrompida durante todo o período da ditadura militar, ressurgiu nesse momento de reforma partidária, ocasião em que o controle do partido *“acabou nas mãos de Ivete Vargas, ao que tudo indica por influência e sob inspiração palaciana, suposição reforçada pelas negociações*

*desse partido com o governo após as eleições de 1982.*”(Lamounier, Meneguello, 1986, p. 75)

Esta contenda entre os trabalhistas do PTB irá dar origem ao PDT, que nasceu *“na recusa de Leonel Brizola de compartilhar a liderança e seu projeto dito socialista-democrático, e a sigla PTB, com o grupo ‘fisiológico’ de Ivete Vargas.*”(Lamounier, Meneguello, 1986, p. 75)

O PT surgiu por caminhos diversos. Seu nascedouro se insere num posicionamento amadurecido entre alguns atores políticos da necessidade de se constituir um partido novo, que nem fosse expressão “renovada” do populismo trabalhista do passado, muito menos, da oposição “consentida” criada pelo regime militar, e estivesse marcado por um funcionamento interno onde os movimentos populares, ascendentes na época, pudessem dirigi-lo “de fato”.

Podemos localizar o surgimento deste debate, ainda em 1978, com os acenos do regime militar no sentido da reforma da legislação partidária, o que motivou vários segmentos da intelectualidade ligada à Oposição a uma discussão sobre os tipos de novos partidos necessários ao aprofundamento do processo de democratização brasileira. Esta discussão é importante dado que alguns de seus participantes vão tornar-se membros fundadores do PT, além do que os termos em que se põe o debate vão marginalizar todo o período posterior, até as eleições de 1982.

Assim, dentre as várias posições que se apresentavam, destacava-se, por exemplo, a de Almino Afonso, ex-exilado (havia retornado ao país em 1976), antigo deputado do PTB e Ministro do Trabalho no governo Goulart. Seu posicionamento partia da recusa ao ressurgimento do populismo, o que o levava a defender

*“a necessidade de um partido popular, nacional e democrático, com uma visão do socialismo no horizonte e uma estrutura verdadeiramente democrática e participativa. Em vez de ser manipulado*

*por líderes políticos que representavam outras classes, o povo e a classe operária estariam no interior do partido, participando de suas lideranças e suas decisões.”(Keck, 1991, p. 70)*

Estavam, também, inseridas nesse debate, várias propostas, tais como: a proposta de soerguimento do PTB, num sentido renovado, defendida por Leonel Brizola; a de manutenção de uma frente ampla antiautoritária, com a qual se alinhavam alguns agrupamentos de esquerda, em especial os partidos comunistas; a de formação de um partido de trabalhadores, expressa por setores da intelectualidade universitária, representados por Francisco Weffort e José Álvaro Moisés; além dos que viam no MDB possibilidades de concretização daquele perfil partidário, posição defendida por setores ligados a Fernando Henrique Cardoso, e que, posteriormente foi encampado por Almino Afonso.

O decorrer da discussão acabou por estabelecer as duas últimas posições como principais antagonistas. De um lado, os que afirmavam que estar fora do MDB significava alimentar as pretensões do “Partido da Ordem”. Do outro, os que afirmavam a impossibilidade de que algo verdadeiramente novo pudesse nascer de dentro de um partido “criado” pela ditadura.

Conquanto estejamos nos referindo aos debates travados no seio da intelectualidade de oposição, a idéia de construção de um partido de trabalhadores já faziam parte do *imaginário* político tanto dos segmentos da esquerda que sobreviveram à luta clandestina contra o regime quanto dos sindicalistas que haviam dirigido as greves do ABCD, em começos de 1978.

Quanto aos sobreviventes da repressão oficial contra os agrupamentos da esquerda clandestina, alguns já passavam por um processo de reavaliação da experiência da luta armada e tendiam a repensar a estratégia revolucionária no sentido da constituição de um partido ou uma Frente de partidos e/ou setores da oposição, enraizada nos movimentos sociais, capaz de derrubar o regime militar.

Entre os sindicalistas, envolvidos em conflitos que cada vez mais ganhavam uma coloração de oposição ao regime, a idéia de um partido que representasse os trabalhadores também ganhava força.

*“Foi por ocasião do Congresso dos Trabalhadores na Indústria, de São Paulo, que se levantou o assunto. A idéia andou um pouco mais no Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, em dezembro de 1978, na cidade de Lins. Um mês depois, exatamente a 19 de janeiro de 1979, na Reunião Intersindical de Porto Alegre, o projeto seria anunciado. Mas o PT começou a engatinhar, no dizer de Lula, no Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas, em junho de 1979.”*(Gurgel, 1989, p. 43-44)

Ao final de 1979, a construção do PT constituía-se como tarefa não apenas dos sindicalistas operários do ABCD paulista ou de intelectuais, mas também de militantes de diversos movimentos populares, membros de pastorais católicas e remanescentes de organizações políticas de esquerda, que viviam, até então, na clandestinidade.

O elemento que irá dar ao PT uma qualidade diferenciada em relação aos demais partidos fundados com a Reforma Partidária de 1979, é que em seu núcleo fundador encontram-se os principais setores impulsionadores dos movimentos sociais surgidos desde meados dos anos 70; movimentos estes que produziram profundas tensões no projeto de transição “controlada” idealizado por segmentos da cúpula do regime.

Embalados no repúdio ao processo de deterioração de suas condições de vida, provocado pelas políticas econômicas aplicadas por sucessivos governos militares; e na defesa do estabelecimento de novas regras institucionais que apontassem na direção da democratização do Estado e sua relação com a sociedade, tais setores sociais constituíram a base social de um amplo movimento de contestação à condução elitista, e sob o controle dos militares, da transição democrática brasileira.

Os movimentos sociais que sacodem a cena política nacional, em finais dos anos 70 e início dos anos 80, têm seus antecedentes político-organizativos nas comunidades eclesiais de base, nas associações comunitárias diversas, sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, e outras formas de organização e ação coletivas que, em face da diminuição dos espaços institucionais de representação popular e participação política, foram se multiplicando, passando a ser, em maior ou menor grau, o âmbito da resistência possível ao regime militar.

A articulação destes atores com os segmentos que constituíram a chamada “oposição consentida”, encarnado pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), inicialmente, quase não existiu, tanto devido ao juízo crítico dos movimentos sociais, em relação ao partido, quanto pela incapacidade deste último em estabelecer uma relação de proximidade com aqueles. A respeito disso, é ilustrativo o que afirma Cardoso(1981, p. 196):

*“as razões da reserva em face do MDB são óbvias: o partido é visto, por alguns segmentos, como parte da ordem autoritária e como pouco aberto ao povo. No momento das eleições, dizem os críticos, vêm os políticos e pedem o voto. Depois manipulam o poder sem prestar contas ao eleitorado e, no limite, em proveito próprio.”*

Assim, continua o autor, *“do ponto de vista estritamente partidário, a liderança do MDB aproximou-se timidamente de alguns destes movimentos, em geral por intermédio de candidatos a postos eletivos que estavam a eles associados.”*(Cardoso, 1981, p. 197)

Posteriormente, quando ocorre a articulação com vistas à intensificação da luta pelo fim do regime militar, os novos atores sociais vão consolidando, nesse processo, uma identidade nitidamente diferenciada, em relação aos demais setores da Oposição, e historicamente inédita, em termos das experiências de lutas políticas vivenciadas pelas classes subalternas no Brasil.

O sentido da luta antiditatorial encampada por estes atores, será, além da

conquista da democracia, o *reconhecimento da legitimidade* de sua condição de ator apto a participar das decisões da esfera pública, através de seus próprios instrumentos, concebidos e construídos soberanamente.

Entre parcela significativa das lideranças desses movimentos, o Partido dos Trabalhadores será o mais importante desses *novos* instrumentos, conforme se depreende da seguinte fala de Lula(apud Meneguello, 1989, p. 51):

*“(...)Até o ano passado fui a pessoa mais apolítica que existe nesse país. Veja que ninguém mais do que eu contestou a corrupção, o modo de fazer política no Brasil. Entretanto, eu acho que estou pagando e vou pagar um preço pelo puritanismo com que eu defendia minha categoria. Até um determinado momento eu achava que nós não deveríamos participar em nada que viesse tirar os trabalhadores desse puritanismo; mas depois de fazer um dos mais belos movimentos da classe trabalhadora que já se fez nesse país, a gente percebeu que a classe política não estava sensível aos nossos problemas, que os partidos políticos não tinham tomado uma posição em relação à greve. Nem tinham se manifestado em relação a nenhum grande problema nacional que nós enfrentamos durante anos de arbítrio. Então cheguei à conclusão de que a classe trabalhadora não poderia pura e simplesmente chegar à época das eleições e dar seu voto às pessoas que se fantasiavam de trabalhadores para pedir seu voto, oferecendo, às vezes, favores. Daí, portanto, que eu entendi que os trabalhadores precisavam se organizar politicamente...”(Luís Inácio da Silva, presidente do SMSBCD, abril de 1980).”*

Assim, a origem do Partido dos Trabalhadores está, diferentemente dos demais partidos que surgem em 1979, associada ao aparecimento de atores sociais que sentiam-se tradicionalmente desconsiderados nas grandes decisões políticas, e que, naquele momento, reivindicavam luz própria e participação direta.

Conforme afirma Keck(1991, p. 14), *“muitas elites políticas viam na emergência de novas formas de ação coletiva nos anos 70 uma ilustração clara da necessidade de se pôr fim ao regime militar, representando ao mesmo tempo uma onda de apoio à transição democrática.”*

Tais expectativas, no entanto, colidiam com as pretensões originais dos atores emergentes, pois, *“para muitos dos participantes desses movimentos, esse processo significava a constituição de novos atores, cuja reivindicação de um lugar ao sol no cenário político ia muito além da exigência do fim do regime militar.”*(Keck, 1991, p. 14)

O Manifesto de Fundação do PT, em várias passagens atesta (e enaltece) esta qualidade da ação política dos agentes que o fundaram:

*“A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. As grandes maiorias que constróem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venham das elites dominantes.”*(Partido dos Trabalhadores, 1986, p. 3)

O PT nascia, portanto, apresentando-se como legítimo representante dos até então “deserdados da cidadania”, mas que, agora, estariam recusando a tutela direta ou indireta de suas aspirações pelas elites dominantes, em troca de uma ação autônoma, nascida e constituída no terreno da sociedade civil, “por fora” das gestões do Estado, e até, em certa medida, em conflito com ele. Não sem enfrentar oposições, seja da “oposição liberal”, seja através de setores da esquerda que não haviam até então optado pela sua construção. Basicamente questionava-se, por um lado, se o partido, naquele momento, não estaria reforçando as intenções do regime militar de dividir as oposições, fragmentando o MDB e obstando o processo de redemocratização; por outro lado, no campo do debate da esquerda marxista, punha-se em questão o seu caráter: se “reformista” ou “revolucionário”. A fundação do partido representa, por um lado, o reconhecimento da arena partidária como espaço legítimo de reorganização e representação dos interesses gerais daqueles atores sociais, ainda que, em parte deles subsista um discurso paradoxalmente anti-institucional ou antiestatal. Como também, uma rejeição tanto à

concepção populista e tutelária das lutas dos trabalhadores, expressa pela tradição do PTB, e pelo PDT, quanto às concepções vanguardistas, enraizadas entre os grupos identificados com o marxismo-leninismo, que participavam da construção do partido.

Esta preocupação de diferenciar-se tanto do populismo quanto do vanguardismo pode ser percebido nas posições sobre a construção partidária, defendidas pelos sindicalistas, por Lula e por Francisco Weffort, no debate travado dentro do partido, já em 1983, os quais afirmavam:

*“Defendemos, assim, o PT como um Partido de massas, de lutas e democrático. Combatemos, por isso, as posições que, por um lado, tentam diluí-lo numa frente oposicionista liberal, como o PMDB, de ação predominantemente parlamentar-institucional; ou que se deixam seduzir por uma proposta 'socialista' sem trabalhadores, como o PDT. Também combatemos aqueles que, incapazes de traduzir o nosso papel em termos de uma efetiva política de organização e acumulação de forças, se encerram numa proposta de partido vanguardista tradicional, que se autoneia representante da classe trabalhadora.”*(Carone, 1984, p. 47)

O nascimento do PT parte, assim, de uma rejeição simultânea a duas tradições políticas, opostas em seus propósitos de organização societária, mas semelhantes no papel secundário que atribuem às classes subalternas nos processos de mudança social: uma, há séculos difundida pelas elites burguesas nacionais, e que em grande medida se entranhou nos procedimentos e construções simbólicas da sociedade, assenta-se numa visão de sociedade verticalizada e hierarquizada, instituinte de “lugares sociais” que demarcam e classificam, no campo simbólico, político e social os “integrados” e os “excluídos”; numa espécie de transposição do *discurso competente*, segundo o qual “*não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância*”(Chauí, 1989, p. 07), para o âmbito da política. Na outra, gestada pelos partidos comunistas, a valorização das ações coletivas das classes subalternas se da-

va apenas na medida em que estivessem conduzidas por um núcleo dirigente - a vanguarda, única instância capaz de conferir sentido à ação da classe.

O partido, então, passou a se organizar em vários estados da federação, onde, ressalvadas algumas diferenças de desenvolvimento político-organizativo, de estado para estado, mantiveram-se inalterados os termos nos quais se estruturava a sua matriz discursiva, originada a partir das lutas urbanas paulistas. Ou seja, elege-se como “Outro” a ser negado e combatido, a tradição política brasileira e seu caráter autoritário, elitista e excludente, responsável pela histórica marginalização, tutelamento ou simples eliminação de alteridades sociais e políticas que emergem “fora” do controle das elites dominantes.

Na verdade, *“a própria existência do PT parecia implicar o colapso de padrões fortemente enraizados de controle do sistema político das elites.”*(Keck, 1991, p. 14) Nesse sentido, a marginalização política inicialmente vivenciada pelo PT, pode ser explicada pela difusão de uma visão hegemônica de que a transição democrática brasileira apresentava possibilidades ainda muito limitadas de mudanças qualitativas na ordem política, o que descartava e deslegitimava a idéia de que tal processo pudesse comportar visões alternativas ou, até, conflituosas.

Tratava-se, portanto, de uma perspectiva coerente com os princípios basilares da tradição política brasileira que, segundo Fernandes(1986, p. 44),

*“consiste em zerar a presença popular em todos os processos cívicos e políticos de alguma magnitude, monopolizados pelas elites culturais e políticas ‘esclarecidas’. É uma tradição que conduz, sempre, a um mesmo resultado: manter as rédeas presas, para que a massa popular e as classes trabalhadoras sejam perenemente banidas do exercício do poder.”*

Assim, a transição democrática era retratada como uma disputa entre o regime militar e a oposição democrática (encarnada no PMDB), a qual vinha reforçada pelos resultados eleitorais de 1974 e 1978. Os resultados positivos colhidos

pela Oposição naquelas eleições ajudaram a construir a expectativa de que cedo ou tarde, o PMDB chegaria ao poder, o que representaria, de fato, a presença da oposição no poder e, portanto, o fim do regime militar.

Dentro dessa ótica, a presença do PT não apenas era um incômodo, mas uma ilegitimidade. Afinal,

*“O senso comum dominante, transformado em ‘bom senso’, ditava que uma transição para a democracia se produziria através de uma série de negociações delicadas entre as elites, que somente mudanças muito limitadas eram possíveis, e que a manutenção de um consenso amplo no interior da oposição era de importância primordial.”*(Keck, 1991, p. 48)

Duas frentes de conflitos se estabeleciam para a viabilização deste modelo de transição: uma, com os militares, para a definição do cronograma e da extensão do processo transitório; e outra, no interior da própria oposição, na legitimação das visões sobre a transição e a futura ordem desejada.

O PT, nesse debate,

*“desafiava o senso-comum dominante e insistia em afirmar que a construção de uma instituição política capaz de representar uma visão distinta sobre o que a democracia deveria significar no Brasil era um componente necessário no processo de democratização. Para os fundadores do PT, o que de mais importante ocorreu nos anos 70 não foi o crescimento da força da oposição ao regime, tal como poderia ser medida pelos sucessivos triunfos eleitorais do PMDB (embora estes também fossem importantes), mas antes o surgimento de uma grande variedade de movimentos que reclamavam mudanças substantivas e pretendiam expressar-se por seus próprios meios no campo da política.”*(Keck, 1991, p. 14)

Na ótica dos “petistas”, portanto, a transição deveria criar espaços dentro dos quais estes movimentos sociais pudessem exercer livremente a política. Assim, ficava implícito que o reconhecimento da diversidade e da diferença entre os vários agentes sociais e políticos não era o epílogo do processo democrático, mas a condição mesma para o seu começo.

Ao criticar a condução conservadora da transição democrática, no Brasil, o PT estava, na realidade, opondo-se ao substrato da tradição política brasileira, tal como se manifestava naquele momento histórico, isto é, enquanto tentativa de manter a condução do processo de (re)definição de regras e espaços válidos de regulação do exercício da política, como atributo de atores políticos “confiáveis”.

A crítica incidia, assim, sobre a configuração da transição numa dinâmica alheia aos reclames oriundos dos espaços (re)criados pelos atores sociais subalternos e negociada nos marcos das velhas e novas elites, respectivamente, os representantes do regime militar e a Oposição liberal.

## **2.2 A Transição Democrática no RN.**

A cena política do RN, durante o período da transição democrática brasileira, parecia não ter sofrido substanciais mudanças em relação ao passado pré-64. Em seu seio, velhas lideranças, de traços oligárquicos ou populistas, como Dinarte Mariz, Aluizio Alves e os “Rosado”, em Mossoró, ainda exerciam um papel hegemônico.

Mas, a partir de 1974, surge, no interior da ARENA local, um novo grupo para disputar a hegemonia da política no RN: o grupo “Maia”, liderado por Tarcísio Maia, a partir do qual se articulou e se “criou” uma nova elite política e governamental, mais afinada com os propósitos então “liberalizadores” e “modernizantes” da cúpula dirigente do regime militar.<sup>5</sup>

Sua ascensão marca, no RN, o início de um amplo processo de renovação do quadro político nordestino, encampado pelos estrategistas da cúpula do regime militar, preocupados em constituir formas mais “modernas” de legitimação da ação estatal, em face das demandas sócio-econômicas gestadas na sociedade ci-

---

<sup>5</sup> A indicação de Tarcísio Maia para governador, em 1974, partiu do general Golbery do Couto e Silva, com quem Tarcísio tinha relações pessoais, atropelando, dessa maneira, a lista elaborada pela consulta feita pelo Ministro Petrônio Portela às lideranças locais. Num primeiro momento, o fato gerou um certo descontentamento, dado o seu caráter aparente de intervenção (afinal, além de não constar na lista, Tarcísio, havia 15 anos,

vil; do crescimento de um movimento de “liberalização” do regime, entre suas bases civis; e das disputas colocadas pelo quadro de competição eleitoral que se vislumbrava na agenda da transição.

Com isso, ocorria uma nova flexão na tradição política local, na medida em que, lentamente, Tarcísio começou a corroer a hegemonia do “dinartismo” constituindo um grupo cada vez mais suscetível ao seu controle. A expressão de sua hegemonia, e da consolidação do projeto liberalizador do regime, no RN, se configurou na indicação de seu primo, Lavoisier Maia, para o governo do Estado, em 1978, e de seu filho, José Agripino Maia, para prefeito de Natal, em 1979, os quais se constituíram, assim, em agentes de uma proposta de redefinição dos padrões de dominação até então reproduzidos no Nordeste.

Este momento de consolidação do projeto de renovação da política nordestina é tratado por Andrade, I.(1994, p. 9), como o de “urbanização da política no Nordeste”, pois crescia

*“a preocupação em conter os avanços das oposições nos centros urbanos com vistas à eleição de 1982, cuja realização se colocava no calendário político da ‘abertura’. Uma das estratégias possíveis, nessa direção, era a renovação dos quadros políticos estaduais de forma a garantir a presença, no espaço urbano, de atores políticos mais sintonizados com a dinâmica urbana e com as questões que politizavam esses espaços redutos tradicionais das forças de oposição.”*

Assim é que, com a exceção do Ceará, Maranhão e Bahia, os governadores dos estados nordestinos, escolhidos em 1978, são pessoas que,

*“embora tenham participado de governos anteriores, haviam-no feito na condição de técnicos, não estando, assim, ‘umbilicalmente’ ligados às oligarquias agrárias. [...] [De modo que] a escolha de figuras como Marco Maciel em Pernambuco, Lavoisier Maia no Rio Grande do Norte e Tarcísio Burity na Paraíba, era o primeiro sinal da urbanização da política no Nordeste, processo que ganha-*

---

encontrava-se fora do estado). Coube a Dinarte Mariz, principal liderança local da ARENA, mediar a nova situação, tornando a indicação de Tarcísio palatável aos grupos locais. (Andrade, I., 1994)

*ria fôlego a partir deste período e se consolidaria nas eleições diretas para governador em 1982, quando figuras de origem urbana, como Roberto Magalhães (PE), José Agripino Maia (RN), Wilson Braga (PB) e Gonzaga Mota (CE), assumem o comando político em seus estados, empunhando a bandeira das reformas.”(Andrade, I., 1994, p. 78)*

No RN, a viabilização desse projeto não se processou enfrentando resistências ou conflitos com a tradição oligárquica rural. Pelo contrário, a condição de sua legitimação como “novidade”, por dentro do sistema “situacionista”, passou pela reelaboração/realimentação de mecanismos de controle e manipulação políticas, típicos do período oligárquico, e a transferência/reprodução dos mesmos, também no espaço urbano.

O quadro político, nas eleições de 1978, nesse sentido, nos apresenta elementos interessantes para se entender a especificidade do único momento em que esse projeto hegemônico enfrentou algum tipo de dissensão.

Neste ano, os grupos Maia e Alves resolveram fazer uma aliança, que ficou conhecida como a “Paz Pública”, no sentido da eleição de parlamentares e para a nomeação de Lavoisier Maia como governador. Tal aliança, longe de significar a união dos dois grupos em contraposição a algum novo ator social e político (potencialmente ameaçador de suas posições hegemônicas<sup>6</sup>), objetivava tão-somente a garantia de posicionamentos favoráveis a ambos diante da iminente eleição de 1982, conforme nos mostra Domingos Sobrinho(1987, p. 68):

*“Se para os Maias fora importante neutralizar a oposição que poderia ser feita por Aluizio e seu grupo [...] tendo em vista manter o controle do processo de transição política, para os Alves a aliança tinha a finalidade de assegurar um retorno a vida pública, garantir a reeleição de Henrique Eduardo Alves (filho de Aluísio) a Câmara Federal e abrir caminho a candidatura de Aluizio ao governo do estado, nas eleições que se avizinhavam”.*

<sup>6</sup> Segundo Costa(1993, p. 103), “esta aliança entre os Maias e Alves não acontece diante da emergência de atores políticos comprometidos com interesses das classes subalternas, ou mesmo forças políticas empresariais modernizadoras como é o caso do grupo liderado por Tasso Jereissati no Ceará.”

Reeditava-se, nesse momento, a velha dialética oligárquica em que os conflitos entre os grupos políticos dominantes são mediados por acordo, uma acomodação de espaços, que permite vencedores e vencidos manterem-se hegemônicos no interior da estrutura de poder.

Esta aliança produziu, de outra parte, a consolidação de um “distanciamento”, dentro da ARENA, entre os Maias e outros setores - liderados por Dinarte Mariz, com presença expressiva no Seridó e o grupo político-familiar dos Rosado, que há cerca de cinquenta anos exerce influência sobre Mossoró e toda região oeste do estado - que se opunham a esta aliança.

Este “distanciamento”, que merece uma análise mais rigorosa, possivelmente, é a forma específica pela qual ocorre a “ruptura” entre as novas elites políticas e as velhas elites oligárquicas de origem rural, no RN, apesar dos argumentos dissidentes não questionarem nem o nome indicado para o governo, nem o teor e caráter do projeto liberalizador por ele encarnado, mas tão-somente a aproximação com o grupo Alves, ainda que ao custo destes apoiarem um nome da ARENA ao senado.

Aqui, uma aproximação da análise em relação ao desempenho econômico recente do RN, e à natureza desse desempenho, nos fornece pistas interessantes sobre essa nova configuração das disputas políticas no estado, a partir do início da década de 80.

Nesse sentido, apesar da ausência de análises mais acuradas sobre o desempenho econômico recente do RN, alguns dados preliminares demonstram ter havido, no período 1970-1990, um expressivo crescimento da economia local, mesmo considerando a inserção periférica do estado no processo de “desregionalização” da economia nordestina, operada durante todo o período pós-SUDENE.(Oliveira, F., 1990) Este crescimento se cristaliza não apenas no in-

crecimento da participação estadual na formação do PIB nordestino<sup>7</sup>, mas também no crescimento da economia potiguar a uma taxa média anual superior a de estados nordestinos economicamente mais importantes no contexto regional.<sup>8</sup>

Um dos efeitos desse processo é a redução do peso do setor agropecuário tradicional, pautado pelo binômio secular algodão-gado, outrora o polo dinâmico da economia potiguar, em contraposição ao fortalecimento do setor industrial<sup>9</sup> - composto de grupos privados locais e pouco integrados ao parque industrial nacional - e o extraordinário crescimento do setor serviços, o qual se revelou, de fato, o mais dinâmico, atingindo patamares superiores à taxa média da economia local.<sup>10</sup>

Com isso, no campo político ocorre uma progressiva diminuição do peso simbólico dos proprietários rurais, detentores, pelo menos até meados da década de setenta, de um importante referencial social e político no estado. No jogo político, as melhores cartas passam para as mãos dos grandes empresários ligados à indústria e ao comércio.

A candidatura de José Agripino, em 1982, por exemplo, encarnava essa nova configuração dos atores sociais hegemônicos, na medida em que era a candidatura de um jovem engenheiro, que antes de ser candidato desenvolvia (ainda que em outro estado) suas atividades empresariais no ramo da construção civil, portanto, organicamente ligado a um setor em franco crescimento à época.<sup>11</sup> Este

---

<sup>7</sup> Para se ter uma idéia do ritmo de crescimento do PIB potiguar, de 1980 a 1985, o RN aumentava em 40,0% seu PIB, enquanto a Bahia, Pernambuco e Ceará, alcançavam, respectivamente, 18,6%, -5,0% e 10,0%. De 1985 a 1992, o RN cresceu 38,0%, enquanto os já citados estados atingiram, respectivamente, 17,2%, -5,5% e 9,0%. Cf. Comissão Pastoral Operária, Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo(1995, p. 75).

<sup>8</sup> Analisando dados da SUDENE, relativos ao período 1970-1985, Romão(1987, p. 16) afirma que "a economia nordestina cresceu mais rapidamente do que a brasileira (8,4%) e *ainda mais rapidamente cresceu o produto interno bruto real potiguar [...], com uma expansão média anual extremamente elevada de 10,4%.*"(grifos nossos).

<sup>9</sup> Uma análise das publicações acerca dos 100 maiores contribuintes do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), do RN, ao longo da década de 80, nos mostra que a participação do setor industrial foi de cerca de 30,0%. Cf. "Os 100 maiores contribuintes do ICM", encartes especiais publicados anualmente pela revista RN/Econômico.

<sup>10</sup> No período 1970-1983, enquanto a economia potiguar crescia 10,4%, o setor serviços crescia 12,8%. (Romão, 1987, p. 19)

<sup>11</sup> Ferreira(1991) nos informa que das 266 empresas de construção civil existentes no estado, 18,4% haviam surgido na década de 70 e 74,9% nos anos 80, favorecidas pela ação do Estado, através do Sistema Financeiro de Habitação e de obras públicas, que promoveu a construção de vários e grandiosos conjuntos habitacio-

ramo, inclusive, manterá sua condição hegemônica, a medida em que o Estado, a partir de 1985, irá investir massivamente no setor turismo, promovendo incentivos à construção de grandes unidades hoteleiras na orla marítima, favorecendo, com isso, a transferência e/ou associação do capital da construção civil ao capital imobiliário.

A diminuição do peso simbólico e político do “mundo” rural pode ser visto, também, à luz dos movimentos populacionais recentes, os quais também confirmam a dinâmica econômica que se processou no RN, entre 1980 e 1990.(Felipe, 1992) Há uma tendência de concentração de contingentes populacionais onde os efeitos da expansão econômica se deram de maneira mais significativa, ou seja, Natal - que abarca uma expressiva estrutura burocrática-estatal nas esferas federal, estadual e municipal, além de sediar as indústrias que surgiram na década de 70 e ser, efetivamente, o centro das atividades turísticas do estado - e Mossoró, onde aparecem a exploração do petróleo, pela PETROBRÁS, e a produção de frutas tropicais (segmento este que se consolida em meados dos anos 80 e que utiliza de modernas tecnologias, relações de trabalho pautadas na assalariamento, no incentivo à produtividade e na garantia dos direitos trabalhistas básicos, além de técnicas modernas de gerenciamento empresarial).

Isto explica, por outro lado, o crescente empobrecimento da grande maioria dos municípios do estado não incorporados a estes pólos de atração e circulação de capitais que são Natal e Mossoró. Naqueles pequenos municípios do interior do estado não se configuram perspectivas de desenvolvimento econômico a curto e médio prazo, nem investimentos novos, de modo que se constituem em municípios dependentes das transferências de recursos federais (como o Fundo de Participação dos Municípios), nos quais os órgãos do serviço público e o comércio varejista (formal e informal) são as principais fontes de emprego urbano, e o lati-

---

nais em bairros periféricos. Segundo a autora, através do superfaturamento destas obras e da utilização de influências políticas, foi possível uma maior dinamização da acumulação de capital por parte das empresas construtoras, colocando-as entre as 100 maiores empresas do estado.

fúndio, com suas relações tradicionais, o absorvedor da mão-de-obra da área rural.

Este caráter periférico, do ponto de vista econômico, das pequenas cidades do interior, apenas de maneira relativa se translada para o plano do político, pois o alcance “estadual” da hegemonia dos grupos político-familiares dominantes reside, entre outros aspectos, na relação que estabelecem com os grupos político-familiares de influência política restrita a uma região ou conjunto destes municípios do interior do estado. Também aqui, a lógica bipolar se institui muito claramente, na medida em que rege os posicionamentos de cada grupo “loco-regional”, tornando comum que se configure, em cada região, o “grupo ligado aos Alves” e o “grupo ligado aos Maia”.

A identidade entre os grupos com hegemonia em algumas regiões do interior e os grupos com hegemonia “estadualizada” se estrutura a partir de compromissos mútuos entre eles. A necessidade da vitória eleitoral, a disputa interna à cada grupo ou a exigência de constituir maiorias parlamentares, obriga os grupos político-familiares a produzirem ou estimularem dissensões uns nos outros, incorporando, em seus respectivos partidos, lideranças dos grupos “loco-regionais” anteriormente adversárias, ou, simplesmente, fundando um novo partido que, ao mesmo tempo, demarca o espaço próprio dos novos aliados, mantendo-os na órbita do partido que expressa o grupo hegemônico.

Normalmente, essas dissensões implicam em acordos em que, aos grupos de hegemonia “local” cabem a lealdade e apoio às iniciativas do grupo de hegemonia “estadual”, e a este a acomodação dos primeiros na estrutura de poder e no reforço de sua hegemonia local, através da utilização privada do Estado.

Dado o pequeno potencial hegemônico desses grupos “loco-regionais” um de seus principais espaços de representação política é a Assembléia Legislativa, onde se estabelece entre os parlamentares estaduais - sobretudo de uma mesmo grupo político - uma relação que institui, de fato, a representação parlamentar de

caráter “distrital”, no interior de um sistema de voto proporcional. Cria-se um campo aberto, assim, a uma reedição, no plano do simbólico, do tradicional “curral eleitoral”, do período coronelista, no sentido de que as políticas públicas desenvolvidas naquela região ou município aparecem como uma obra de intermediação do deputado local perante o governo do Estado.

A conjunção desses aspectos e a força com que eles se enraízam no imaginário social local pode ser ilustrada pela frequência com que o termo “oligarquia” passa a ser utilizado, ou por veículos de comunicação ou por determinados atores sociais e políticos, para representar cada um dos grupos políticos-familiares dominantes.

Nessa perspectiva, as alteridades, os movimentos e as polaridades instituintes do espaço político somente se legitimam na medida em que se associam ou se relacionam ou se submetem à estratégia do grupo dominante, seja ele os Maia ou os Alves – erguidos à condição de núcleos em torno dos quais orbitariam os demais atores políticos com menor influência no âmbito da estrutura do poder local -, o que significa, com efeito, a marginalização simbólica de qualquer ator que busque se constituir fora de suas respectivas órbitas como alternativa a esta polaridade, tenha ou não este ator uma prática significativa diversa.

Um dos elementos mais interessantes dessa representação do político é que mesmo em plena década de oitenta, as polaridades políticas aparecem de maneira semelhante à forma como se realizavam à época da República Velha oligárquica, ou seja, a esmagadora maioria das eleições para o governo do Estado e para a Prefeitura de Natal, têm no centro das disputas figuras que carregam o sobrenome que denomina um dos grupos políticos hegemônicos, conforme vemos no quadro abaixo.

<i>ANO DA ELEIÇÃO</i>	<i>CARGO EM DISPUTA</i>	<i>PRINCIPAL POLARIZAÇÃO</i>
1982	Governador	Aluízio ALVES x José Agripino MAIA
1985	Prefeito de Natal	Garibaldi ALVES Filho x Wilma MAIA
1986	Governador	Geraldo Melo x José Faustino
1988	Prefeito de Natal	Henrique ALVES x Wilma MAIA
1990	Governador	José Agripino MAIA x Lavoisier MAIA

No entanto, o fato de que a emergência desta polaridade político-familiar se dá num momento de transição política nacional, constrange este tipo de representação do espaço político se firmar como único dispositivo simbólico<sup>12</sup> a balizar os processos políticos. Pois, nas transições, as regras do jogo político

*“encontram-se não apenas em permanente mudança como também sujeitas a árdua contestação: os atores lutam não só para satisfazer seus interesses imediatos e/ou interesses daqueles a quem se propõem a representar, mas, também, pela definição de regras e procedimentos cuja configuração determinará prováveis vencedores e perdedores no futuro. Aliás, essas regras emergentes definirão, em larga escala, os recursos a serem despendidos e os atores com permissão de entrada na arena política.”* (O’Donnel, Shmitter, 1988, p. 22-23)

E no RN, assim como em todo o país, a passagem da década de setenta aos anos oitenta foi marcada pela emergência de um conjunto de atores sociais e políticos dispostos, não a entrar numa arena política demarcada pelos grupos sociais dominantes, mas, em alargá-la, tendo nela uma identidade própria.

<sup>12</sup> A noção de dispositivo simbólico aqui utilizada está referenciada nas elaborações de Landi (Lechner, 1983), segundo o qual, a ordem simbólica, na política, pode ser compreendida a partir de dispositivos de poder, que são conjuntos heterogêneos que compreendem discursos, instituições, instalações arquitetônicas, decisões regulamentárias, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, através dos quais se processam as identidades sociais e políticas.

### **2.3 Os subterrâneos da esfera política local.**

Apesar da reforma partidária de 1979 ter oficialmente extinto o sistema diárquico composto por ARENA e MDB, esta bipolaridade, e todo o seu conteúdo simbólico e político, construídos na especificidade local, apenas se transferiram à outras duas siglas: o PDS (ex-ARENA, e expressão partidária dos Maia) e o PMDB (ex-MDB, e expressão partidária dos Alves).

Isto foi possível graças a solidez dos laços que conformaram ambos os grupos político-familiares hegemônicos, solidez esta evidenciada no fato de que poucas ou inexpressivas foram as defecções ocorridas no interior da ex-ARENA e do ex-MDB que implicassem na constituição de um terceiro grande partido. Os outros partidos surgidos no estado, na época - o PDT (agrupando setores médios e remanescentes de grupos nacionalistas da década de 50 e 60), o PTB (formado por setores egressos do ex-MDB e ex-ARENA, de pouca representatividade política) e o PT (formado por sindicalistas rurais e urbanos, funcionários públicos, estudantes, professores universitários e secundários, ativistas dos movimentos comunitários de bairro, artistas e membros das Pastorais Católicas) - tinham uma inserção social e política ainda bastante limitada.

Esta composição do quadro político local expressava, naquele momento, o desenvolvimento incipiente das possibilidades de consolidação, no interior da sociedade civil local, de alteridades sociais e políticas diversas e/ou distantes da polaridade instituída entre os grupos político-familiares hegemônicos.

Mas, o processo de reaquecimento das lutas sociais e de constituição de espaços coletivos potenciadores de uma ampla inserção política das classes subalternas, que eclode no Centro-Sul do país, na passagem da década de setenta aos anos oitenta, repercute também no Rio Grande do Norte, ainda que com menos expressividade.

No RN, esse processo se desenrolou por vários segmentos sociais, segundo intencionalidades distintas, graus e dinâmicas diversas, combinando conflitos e apoios dos chamados “agentes externos” – a Igreja, o Estado e os grupos de esquerda de matriz marxista.

Em 1979, eclodem os primeiros movimentos grevistas, com visibilidade pública pós-64: são os cobradores e motoristas de ônibus (rodoviários), em Natal, dos professores da rede de ensino público estadual e dos canavieiros que se integram a uma greve regional (Nordeste).

No que se refere aos movimentos dos rodoviários e dos professores, tinham como significativo o fato de que se organizaram, inicialmente, à margem dos dirigentes de suas entidades representativas, os quais, por sua vez, assumiam uma postura, ademais predominante entre as lideranças sindicais locais, de “conciliação” nos processos de mediação de conflitos trabalhistas, lançando mão do combate aberto às propostas paredistas e reverência aos patrões e às lideranças dos grupos político-familiares dominantes.

Uma das conseqüências dessas duas experiências mobilizatórias é que algumas de suas lideranças conformarão grupos de oposição à diretoria de suas respectivas entidades de classe, a partir de um questionamento às suas práticas sindicais, que naqueles conflitos revelaram-se na “contramão” de cada um dos movimentos.

No meio universitário, da mobilização dos professores nasce a ADURN (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), uma associação dotada de um caráter reivindicativo-sindical, caráter este, ausente na recreativa Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (APURN).

Nesse momento, também na universidade, os estudantes conseguem realizar, em 1979, a primeira eleição direta para o DCE (Diretório Central dos Estudantes)-UFRN e para a UNE (União Nacional dos Estudantes), pós-promulgação

dos decretos 228 e 477, e do AI-5, eleições estas que simbolizaram o ressurgimento do movimento estudantil (ME) universitário, o qual, em finais da década de 60, também em Natal, havia conquistado grande visibilidade pública como expressão opositora ao regime militar.

O processo de reorganização do ME universitário, em Natal, havia se desenvolvido paralelamente ao processo verificado a nível nacional, e contou com a importante participação de lideranças vinculadas aos grupos de esquerda marxista. “*Isto porque*” – nos informa Domingos Sobrinho(1987, p. 68) –

*“as organizações clandestinas, ou melhor os seus resíduos, mesmo após a desarticulação provocada pela campanha antiguerilha, continuaram presentes no meio universitário. Assim é que as principais lideranças do movimento estudantil que procuravam rearticulá-lo tinha direta ou indiretamente contato com o que se passava no underground das articulações políticas de esquerda numa demonstração clara de que mesmo a repressão desenfreada não conseguiu impedir que a experiência dos anos sessenta continuasse a ser repassada aos novos militantes através de algumas lideranças daquela época, tais como Juliano Siqueira, François Silvestre, entre outros”.*

Em estudo recente sobre o movimento estudantil da UFRN, Andrade, C.(1994) aponta como primeiro passo dessa tentativa de rearticulação do ME universitário a formação de um grupo, composto de estudantes que haviam participado da campanha do MDB em 1974, que se reunia com o objetivo de participar, de forma organizada, na conquista das entidades estudantis, ainda que “por dentro” das regras prescritas pelo regime militar.

Este grupo, na medida em que passou a reunir estudantes de vários Centros da UFRN, denominou-se “União e Trabalho” e atuou como tendência interna do ME<sup>13</sup>, ou seja, um espaço de sociabilidade composto de estudantes de diversos

---

<sup>13</sup> O termo “tendência”, aqui empregado, refere-se ao tipo específico de organização assumido pelos partidos de esquerda, a partir da segunda metade da década de 70, *no meio universitário*. A tendência reunia um grupo de estudantes em torno de propostas e elaborações que se articulavam aos programas, táticas e estratégias de

matizes políticos, mas hegemonizado por aqueles vinculados ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), que, portanto, portava um discurso oposicionista que foi cada vez mais se explicitando de acordo com as possibilidades oferecidas pelo “clima” da “abertura” e, também, com a ampliação de sua influência.

Além de “União e Trabalho”, ainda no campo oposicionista, um grupo articulado em torno do trabalho de base da Igreja, exerceu significativa influência no ME por toda a segunda metade da década de 70; mas, apesar de sua ligação com os movimentos católicos, entre suas lideranças havia militantes ligados ao PCR (Partido Comunista Revolucionário).

O surgimento e organização desses grupos ou tendências no meio universitário, vão significar os primeiros movimentos de requalificação de espaços coletivos no sentido de uma “politização” dos mesmos, que se consolidará nos anos posteriores. A experiência que une o grupo ligado à Igreja e os militantes do PCR é ilustrativa, pois originando-se como espaço de doutrinação e sociabilidade de cristãos na universidade, o grupo vai incorporando as interpelações postas pela dinâmica do movimento estudantil, constituindo-se, também, em canal de resistência e contestação possível ao regime, razão pela qual os seus membros ligados ao PCR - não explicitando, naturalmente, esta condição - não vão sentir dificuldades em atuarem em seu interior.

Assim, no rastro de grandes mobilizações estudantis, em todo o país, o ME universitário local se reconstitui, e as eleições diretas para o DCE tem uma importância pelo menos por três motivos: em primeiro lugar, porque reinstitui uma dinâmica que possibilita a participação direta e massiva dos estudantes na escolha da direção da entidade, rompendo com o método indireto que a tornava permanentemente suscetível de manipulações, vetos e outros artifícios, utilizados pela

---

seu respectivo partido. Era, portanto, uma extensão do partido no movimento, ainda que nem todos os seus componentes fossem filiados ao partido, nem existisse em seu interior normas hierárquicas e disciplinares, sendo o único espaço de deliberação a reunião da mesma. (Andrade, C., 1994, p. 31)

reitoria, com o objetivo de garantir que a escolha recaísse sobre estudantes “confiáveis”.

Em segundo lugar, a eleição direta subvertia as normas de escolha indireta criadas pela ditadura, o que, para as lideranças estudantis, significava um desafio a um dos pilares da intervenção do regime na vida estudantil no interior da universidade e uma afirmação de autonomia do movimento perante o Estado.

Em terceiro, a chapa vitoriosa era composta a partir da inédita união de todas as tendências ligadas aos agrupamentos de esquerda, em torno de um único Programa, os quais detinham a hegemonia do processo de soerguimento do ME. Aliado a isso, entre os concorrentes derrotados estavam aqueles que representavam a negação daquelas experiências de reorganização do movimento e que, desde então, não voltariam a participar dos processos eleitorais do DCE, visto que, diferentemente das correntes de esquerda, não se constituíram enquanto tendências internas do ME.

Também no meio rural se processavam mudanças. A entrada em cena dos organismos de base da Igreja – a Pastoral Rural (PR), o Serviço de Assistência Rural (SAR), o Movimento de Educação de Base (MEB), as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e o Movimento de Animação dos Cristãos no meio Rural (ACR) -, assim como, o surgimento do CENTRU (Centro de Educação de Trabalhadores Rurais) – uma entidade que organizava um segmento significativo de lideranças rurais, não vinculados à Igreja, mas com larga experiência nas disputas no aparelho sindical oficial, que apoiava e estimulava a formação de chapas de oposição sindical, promovendo cursos e atividades de formação de lideranças, no meio rural – contribuíram para o surgimento de espaços coletivos, no interior dos quais se refletia e se gestava questionamentos acerca da prática sindical hegemônica no meio rural.

Esta prática sindical tradicional, por sua vez, resultava de um processo, inaugurado pelo regime militar, no qual, por um lado, os sindicatos se resumiam à

prestação de assistência e previdência social, através de convênios com os governos estaduais e federais; e, por outro, os dirigentes sindicais, na medida em que mantinham-se vinculados às autoridades políticas municipais, estaduais e federais, apareciam, nos conflitos, menos como representantes de uma das partes da contenda, mas como *mediadores*.

Em contraposição a este tipo de significação da prática e do espaço sindical, surgiram oposições sindicais e novas lideranças comprometidas com uma nova prática sindical, no sentido de que impingia ao sindicato um papel independente e autônomo frente ao latifúndio e ao Estado.

É importante captar que o fato dessas experiências terem saído, em grande parte, de dentro de espaços de sociabilidade estimulados pela Igreja, demonstra o caráter diferenciado de sua ação, nesse novo contexto histórico, em relação à sua intervenção na década de 60. Já não se tratava de combater e/ou concorrer com o comunismo, mas de mediar os conflitos a partir de uma ótica que privilegiava a legitimidade das posições dos trabalhadores rurais, contribuindo, inclusive, à configuração de uma certa disputa entre os sindicatos e os organismos da Igreja, pela representação dos grupos de trabalhadores rurais envolvidos em conflitos.<sup>14</sup>

Um outro fator que deve ser considerado é a mudança da dinâmica dos conflitos de terra. A passagem da década de setenta aos anos oitenta irá ter no centro das lutas sociais do campo a figura do Posseiro, que resiste em permanecer nas chamadas “terras de heranças”, “terras sem dono”, “terras sem documentos”, contra as ações de grilagem na perspectiva de assegurar seu “pedaço de chão” e a pequena produção voltada especialmente ao consumo familiar que ali se desenvolve.

---

<sup>14</sup> Segundo Martins(1993, p. 129), a presença da Igreja na cena dos conflitos pode ser visto à luz de que, num espaço de legalidade precária ou inexistente “os trabalhadores não sabem a quem recorrer, já que as autoridades locais, juizes e policiais, raramente podem ter uma posição favorável a eles ou, ao menos, neutra. Não é por acaso, pois, que muitos deles fossem se queixar ao bispo, conseguindo encontrar uma Igreja muitas vezes receptiva, ela própria passando por grandes transformações.”

E nesse momento é que a luta do posseiro adquire sua dimensão política, segundo Martins(1993, p. 133), pois que

*“sua luta não é basicamente para cumprir a lei, mas para descumprir-la e, conseqüentemente, para modificá-la. A luta do posseiro põe em confronto o que é legítimo e o que é **legal**. Para ele, a sua situação de ocupante da terra, mesmo sem documentos e sem direitos, sujeito a despejo, é situação legítima, legitimada pela concepção de que a terra é destinada ao trabalho e à produção dos necessitados. Não legítima é a terra vazia ou, até mesmo ocupada indevidamente e improdutivamente com pastagens extensivas, de baixa produtividade. Mas, para o juiz, os tribunais, a polícia, o governo, a ocupação não é legal, está fora da lei. [...] É uma luta que só se resolverá com um novo direito que consagre como legal aquilo que agora é apenas legítimo.”*

Um último aspecto da luta dos posseiros que nos ajuda a entender o processo específico de gestação de novas significações da prática sindical rural, refere-se ao caráter particular, localizado e circunstanciado aos limites dos próprios grupos de trabalhadores em conflito. Nessa perspectiva, o fato de não ter sido a base inicial da luta, restringe as iniciativas sindicais à promoção de ações junto aos tribunais, e denuncia a discrepância entre a rotina tradicional do sindicato e o cotidiano dos trabalhadores rurais.

Assim é que, no RN, os movimentos de posseiros vão estar na origem de novos sindicatos, como é o caso, por exemplo, de São Bento do Norte, ou nos processos de renovação das direções sindicais, como os que ocorrem nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Touros, São Tomé, Pureza, Pedra Grande e outros.(Correia, 1995, p. 13)

Cabe aqui ressaltar que é exatamente no seio destes atores e destes processos de mobilização que se originam e se formam as primeiras lideranças do Partido dos Trabalhadores, no RN, para as quais a construção do partido era indissociada das tarefas e da idéia de ampliação ou criação de espaços de sociabilidade

voltados à maximização da participação política dos indivíduos e de potencialização de lutas coletivas por bens materiais e simbólicos.

No caso dos chamados “movimentos de bairro”, que, a rigor só existiam em Natal, a situação era ainda mais complicada, na medida em que

*“o processo de reorganização das entidades comunitárias, durante as duas últimas décadas, era induzido, isto é, a participação não foi resultado de uma ação espontânea dos moradores, e sim por iniciativa do governo, antecipando-se aos conflitos que porventura pudessem existir.”*(Paiva, 1994, p. 41)

Aqui reside uma particularidade importante, pois o ressurgimento deste movimento está umbilicalmente ligado ao processo de modernização urbana do RN, que desembocava, no plano político, numa nova postura do Estado em sua relação com as demandas sociais e na renovação das lideranças políticas do grupo político-familiar Maia, a quem coube a condução desse processo.

O mote central das políticas sociais do Estado, nesse período, refletia as primeiras experiências de conflitos com movimentos sociais organizados, principalmente no eixo Centro-Sul do país. Tratava-se de valorizar a participação direta da população no processo de viabilização das políticas públicas, o que significava uma mudança do discurso anterior do Estado e uma ressignificação da política como um atributo também das classes subalternas, ainda que um atributo a ser exercido à sombra da tutela e do controle do Estado.

Porém, esta concepção de “participação”, estimulada pelos estrategistas do regime e encampada pelos governos estadual de Lavoisier Maia e municipal de José Agripino Maia, não concebia outro “lugar” de participação que não aqueles legitimados e sob o controle do Estado. Nesse sentido, o Estado - corporificado no governo do estado e na prefeitura de Natal - assumia a organização da popula-

ção<sup>15</sup>, incentivando e dando apoio material ao surgimento das associações de moradores, à formação das lideranças,

*“financiando candidatos a presidência das associações, distribuindo recursos, como estratégia de garantir espaços políticos ‘confiáveis’, ‘campos limpos’ para uma perfeita atuação que garantisse não somente a legitimação do poder local, mas do Estado como um todo”.*(Andrade, 1994, p. 139)

Assim, superposto a uma territorialização da política que intentava manter as possibilidades de ação política das classes subalternas, no que tange movimentos de bairros, sob o controle do grupo político-familiar dominante, constituiu-se um discurso centrado nos supostos atributos “modernos” e “democráticos” destas novas lideranças, discurso este que teve um papel decisivo nas eleições de 1982.

Nestas eleições, o candidato do PDS, o jovem engenheiro José Agripino Maia, enalteceu o caráter “participativo” de sua gestão na prefeitura de Natal, entre 1979 e 1981, mimetizando-o como uma característica imanente de sua conduta política. Aliado a isto, explorou sua juventude como projeção física de uma “modernidade” à qual o RN deveria se integrar e enfatizou nuances de um discurso tecnocrata em que se afirmava “conhecedor da realidade”. Com estas invocações, José Agripino conseguiu derrotar o candidato do PMDB, Aluizio Alves, que voltava à cena política abertamente, assumindo a condição de candidato da Oposição, tentando revitalizar o seu carisma populista.

Se é verdade, como afirmam alguns analistas políticos locais, que a vitória de José Agripino foi facilitada pela própria trajetória de Aluizio após o golpe -

---

<sup>15</sup> Segundo dados sistematizados no relatório preliminar da pesquisa “Estados e Movimentos sociais urbanos - o caso de Natal”, “a maioria das associações - 68,4%, hoje existentes surgiram nestes últimos 10 anos, dentro da política participacionista do governo a partir de 1976. É, no entanto, a partir de 80 e mais, especificamente, 82 que se dá o aumento mais significativo do número de entidades associativas em Natal.”. Cf. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1987, p. 67)

marcada pela cassação de seus direitos políticos pela mesma ditadura que inicialmente apoiou e pela sua aliança, nas eleições de 1978, com os Maia, quando do episódio da “Paz Pública” -, não se pode abandonar os méritos do próprio grupo Maia, que incorporou e reprocessou à sua prática significativa a idéia de buscar uma legitimação da ação do Estado *diretamente* do povo, que era mais comumente apropriado pelos setores oposicionistas e da esquerda. Pois, como nos mostra Landi(Lechner, 1983, p. 182),

*“O conflito pela hegemonia, pela conquista da ‘boa ordem’ reconhecida pela sociedade, não é [...] uma confrontação entre paradigmas fechados. Desde um ponto de vista discursivo, a eficácia hegemônica das diferentes correntes políticas se mede por sua capacidade de desarticular as formações discursivas adversárias e absorver as interpelações que estas contenham em outra matriz doutrinária, em outra problemática. Opera por um esvaziamento da argumentação do adversário e por uma ampliação da própria.”*

Estas eleições, entre outros significados, consolidaram o deslocamento da bipolaridade instituída desde a década de 50, entre “dinartistas” e “aluizistas”, no sentido de uma outra, também a partir de nomes e sobrenomes, que se presentifica por toda a década de 80: os embates no campo da política aparecem menos como uma competição entre “Oposição” *versus* “Situação”, ou “Oposição democrática” *versus* “ditadura”, mas entre os “Maia” e os “Alves”.

O período imediatamente posterior às eleições de 1982 foi marcado por um aumento das pressões sociais em torno do aprofundamento do processo de redemocratização, tensionadas pelos efeitos da crise econômica que assolava o país.

Em meados de 1983, o governo federal tentou implementar, através de decretos-lei, uma política de austeridade salarial, pela qual os reajustes salariais se restringiam a um patamar bastante inferior à taxa de inflação e se eliminava o aspecto redistributivo da política salarial instituída em 1979, que permitia aos traba-

lhadores com menores salários receberem um acréscimo de 10% em relação ao índice oficial do custo de vida.

Em oposição a estas medidas, foram desencadeadas uma série de mobilizações que resultaram na greve geral de 21 de julho de 1983, a primeira após o golpe civil-militar de 1964. Cerca de dois milhões de trabalhadores pararam nessa greve, organizada pelos setores que haviam dirigido as greves operárias do ABCD paulista, entre 1978 e 1980, marco histórico de reorganização do movimento sindical. Naquele momento, estes setores compunham a Comissão Pró-CUT – eleita em agosto de 1981, na 1ª CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras) – encarregada de organizar o processo de criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Mesmo após a greve, mobilizações das mais variadas categorias profissionais – a partir de pautas de reivindicação distintas, embora, de um modo geral, relacionadas à questões salariais - foram se transformando ou se confluindo no sentido de reforçarem um sentimento de oposição ao regime.

No RN, registra-se, nesse período, as greves dos funcionários públicos estaduais; a dos canavieiros, e a mobilização dos estudantes universitários do Campus Central da UFRN, em finais de setembro, com dura repressão do aparato policial militar, incidente, também, sobre uma movimentação semiespontânea de desempregados junto ao SINE (Sistema Nacional de Emprego), na mesma semana. Pelo interior do estado, reapareciam os saques espontâneos, realizados por grupos dos chamados “flagelados da seca”, os quais, setores da imprensa e representantes locais do regime, insistiam em associar à suposta ação de “grupos subversivos” ou “provocadores”, infiltrados junto aos “flagelados”.

O movimento sindical urbano local já apresentava sinais de reativação com o surgimento de oposições sindicais, como a dos operários têxteis, a dos metalúrgicos, a dos trabalhadores da construção civil (em Mossoró, principalmente) e a dos comerciários, identificados com os chamados “sindicalistas autênticos” e ar-

ticulados, em grande parte pelo núcleo local da ANAMPOS (Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical) e pela PO (Pastoral Operária). Há, ainda, uma articulação de professores da rede estadual – o grupo “Mutirão”, formado por professores que disputaram e perderam as eleições para a APRN (Associação dos Professores do Rio Grande do Norte), em 1982. O grupo, que inicialmente era composto por professores ligados ao PCB, PMDB e PDT e, no movimento sindical, articulados à “Unidade Sindical”<sup>16</sup> passou a ser hegemônico por militantes do PT.

As mobilizações vão acontecendo ao mesmo tempo em que parte dos sindicalistas locais, vão se articulando no sentido de concretizar a criação da CUT também no RN, conforme se deduz da seguinte notícia publicada por um informativo do Diretório Municipal do PT, de Natal, de outubro de 1983:

*“ENCONTRO ESTADUAL DA CUT: UM ARRANCO NO MOVIMENTO.*

*Realizou-se em Natal no último dia 10., o primeiro ENCONTRO ESTADUAL DE DELEGADOS AO CONCLAT, deixando considerável saldo positivo.*

*No início foram dados os informes pelos delegados. Todos ficaram então cientes de que em alguns municípios já foram feitas reuniões para discutir o CONCLAT e a CUT, bem como para encaminhar as deliberações do Congresso.*

*No decorrer do encontro discutiu-se a política econômica do governo, as conseqüências do decreto Lei 2.045, as possibilidades de promover uma ampla campanha de divulgação da CUT no Estado e as várias formas de participação da Classe Trabalhadora na preparação, organização e realização da GREVE GERAL no RN. Entre as várias propostas, sugeriu-se ainda que os*

<sup>16</sup> Segundo Gianotti, Neto (1990, p. 32), “Unidade Sindical” aparece como o nome de um jornal que reunia “sindicatos de reputação claramente pelega, como o dos metalúrgicos de São Paulo, com outros de tendência reformista de influência direta do PCB, como o dos metalúrgicos de Santos, e outros da área ‘autêntica’ como o dos bancários de São Paulo.” Os conflitos com os chamados “sindicalistas combativos” - que assumiam uma perspectiva crítica em relação a estrutura sindical oficial, reivindicavam uma participação ampla das bases dos sindicatos nos processos decisórios das entidades, e combatiam atitudes consideradas “conciliadoras” nos processos de mediação de conflitos entre patrões e empregados - fizeram com que se articulassem enquanto bloco sindical. A sigla US “passará a ser uma articulação que engloba uma área nitidamente ligada à velha estrutura pelega oficial e outra ao sindicalismo de tipo reformista, pregado pelos PCs.”

*representantes da CUT no RN visita-se [sic] os municípios.”*(PT Informa, 1983, p. 4)

Inicialmente, a Central somente conseguiu filiar entidades representativas de categorias de pouca expressão na vida sócio-econômica local, diferentemente da CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora)<sup>17</sup>, hegemônica por lideranças ligadas aos PC's e ao PMDB, que tinham como filiadas entidades de significativo peso social, pela infra-estrutura de que dispunha a entidade e pela importância social das categorias, como era o caso do Sindicato dos Bancários, dos Telefônicos e da Federação dos Trabalhadores Rurais. Mas, os militantes cutistas conseguiram, lentamente, ampliar sua presença no movimento sindical local, ao mesmo tempo em que diversas categorias se inseriam num intenso processo de mobilização e de constituição de suas entidades representativas.

Nesse período, as categorias que mais se mobilizam e criam seus respectivos organismos de representação fazem parte dos setores médios e integram o quadro do serviço público, principalmente estadual e federal. Além do caráter crescentemente sindical adotado pela APRN, outras categorias como os orientadores e supervisores educacionais, os assistentes sociais, os servidores públicos estaduais, os funcionários da UFRN e os previdenciários, vão criar suas respectivas associações profissionais já conformadas nesse caráter reivindicativo-sindical.

Mas, em que pese a ausência de tradição associativa e sindical urbana relevante, também nos poucos estratos operários, em Natal, desenvolveu-se um processo de renovação sindical, como foi o caso, por exemplo, da constituição da Associação dos Metalúrgicos do RN, e, mais significativamente, dos operários têxteis, conforme registra Oliveira, J. (1990, p.12):

---

<sup>17</sup> A CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora), foi criada em novembro de 1983, a partir de uma reunião envolvendo lideranças que se opunham aos chamados “sindicalistas autênticos” e à criação imediata de uma central única dos trabalhadores, o que influenciou sobremaneira a denominação de “Coordenação” a esta entidade. (Gianotti, Neto, 1990)

*“O ano de 1984 constitui um marco significativo para a análise das manifestações coletivas dos trabalhadores têxteis. Foi nesse ano que esse segmento moderno do proletariado industrial norte-riograndense iniciou seus processos de organização e mobilização, premido pela crise da antiga fábrica Seridó. **O que implicou, logo em seguida, na renovação política de sua representação sindical que impulsionou e estimulou, a partir daí, a organização e a mobilização do conjunto dos trabalhadores têxteis no Rio Grande do Norte.**”*(grifos nossos)

Em relação ao processo de associativismo entre os setores do serviço público, seu peso político e social pode ser analisado à luz de pelo menos duas questões. Uma primeira, diz respeito ao crescente peso do serviço público na estrutura ocupacional do estado, verificado desde a década de setenta, devido a limitada capacidade de absorção de mão-de-obra do setor privado, a inexistência de políticas públicas de geração de empregos e a predominância – no interior do setor público – de relações tradicionais como o “empreguismo” e o clientelismo, tornando secundários ou dispensáveis, procedimentos racionais-burocráticos de recrutamento, como o concurso público.<sup>18</sup>

A segunda questão deriva da primeira, no sentido de evidenciar que uma parte significativa dos atores sociais subalternos a ganhar visibilidade pública, pelas mobilizações políticas e greves que promovem por toda a década de 80, emergem de um ambiente – o serviço público – profundamente impregnado de relações regidas pela lógica da *privatização* do Estado, instituída pelas classes dominantes. Assim, suas lutas e seus conflitos vão estar permanentemente potenciados em direção àqueles que dirigem o Estado e que são, portanto, a expressão da hegemonia dos grupos político-familiares.

---

<sup>18</sup> Segundo dados revelados pelo Censo do Funcionalismo Estadual, organizado pela Secretaria Estadual de Administração, em fevereiro de 1992, dos servidores considerados em situação regular, apenas 34% tiveram acesso à administração pública através de concurso público, o que é explicável pelo fato de que apenas em 1985 a realização de concursos públicos para preenchimento de cargos nos órgãos públicos, passou a ser uma obrigação legal. Mas, na verdade, esta obrigação legal sempre esteve ofuscada por outras normas legais que

Para além de um corte político, no sentido de sua admissão à esfera pública, as mobilizações e greves desses segmentos vão instituir uma lenta superação daqueles dispositivos simbólicos que processavam as relações entre servidores públicos e governantes nos marcos de uma lealdade instituída pelo “favor” com que este “deu” o emprego àqueles.<sup>19</sup>

Mesmo nos bairros, onde as entidades representativas dos moradores eram alvo das tentativas de manipulação pelas lideranças estatais, já se desenvolve um processo de mobilização da população dos bairros contra essa ação, que transformava as entidades comunitárias em virtuais órgãos do Estado.<sup>20</sup> Segundo nos informa Paiva(1992, p. 42), a partir de 1980,

*“simultaneamente a esse processo organizativo levado a cabo pelo governo, outros atores sociais - militantes de partidos de esquerda e a Igreja - se fazem presentes junto às entidades de bairro, articulando uma oposição à ação manipuladora do Governo Municipal.”*<sup>21</sup>

---

permitted os grupos políticos dominantes promoverem seus conhecidos “trens da alegria”, nos quais embarcam, nas vésperas das eleições, seus futuros eleitores, e após as eleições, seus cabos eleitorais.

<sup>19</sup> Marilena Chauí(1994, p. 26) interpreta estas relações de clientela e favor a partir da noção de mito-fundador. Nos diz a autora, na matriz mítico-teocrática da política encontra-se “uma elaboração jurídico-teocêntrica do governante pela graça de Deus”, segundo a qual “o governante representa Deus porque possui uma natureza mista como a de Jesus Cristo. O governante possui dois corpos: o corpo empírico, mortal, humano, e o corpo político, místico, eterno, imortal, divino. Por receber o corpo político, o governante recebe a marca própria do poder: a vontade pessoal absoluta divina. [...] *A teoria do corpo político incide sobre a antiga idéia de res pública, modificando-a. Deixa de haver a coisa pública como terra comum da coletividade cívica e como fundo público, passando a haver as partes do corpo político, isto é, do corpo do governante: a terra e os fundos públicos se transformam em membros do corpo do governante e se tronam patrimônio privado que se transmite aos descendentes e pode ser distribuído sob a forma do favor.*”(grifos nossos)

<sup>20</sup> “A organização do conselho, a imposição de um modelo padrão de estatuto e até mesmo a primeira diretoria, eleita com a presença da instituição promotora – COHAB e INOCOOP – mostram de início o controle ao qual estarão submetidas estas entidades. Isto leva, muitas vezes, a que durante um longo período, a associação ou conselho comunitário fique sob a intervenção se não direta, através de técnicos especializados, indiretamente na colocação de um presidente ou qualquer outro membro da diretoria comprometida com a instituição estatal sob a alegação da necessidade de assessoria, dentro da visão paternalista do Estado de organizar a população e na tentativa de manipular, através da cooptação de suas lideranças, a comunidade por ocasião das eleições.”(Universidade..., 1987, p. 66)

<sup>21</sup> “Em 1984, como fruto dessa articulação, o grupo que se constitui enquanto oposição realiza o VI Encontro dos Conselhos Comunitários, acontecimento este que se apresenta como importante na história da organização comunitária, visto que possibilitou o desencadeamento de discussões com relação à modificação do modelo de estatuto que regia as entidades, além de ser um momento de reflexão sobre a situação por que passavam os Conselhos Comunitários. Fizeram-se presente, nesse evento, representantes de 21 bairros e 18 Conselhos Comunitários, membros da Igreja e militantes de várias forças sociais, partidos e tendências. Neste encontro foram feitas avaliações do trabalho das entidades, dos problemas enfrentados, do atrelamento das organizações comunitárias às instituições governamentais e partidos políticos. Como resultado, surge a proposta de atuação conjunta para fazer oposição às ações do governo, entre as quais se incluem a de uma luta mais sistemática na Federação, o lançamento de candidaturas para as diretorias dos Conselhos, e articulação das

Essas articulações canalizavam a contestação à estrutura organizativa de legitimação do Estado, a partir da reivindicação de eleições diretas para a diretoria dos conselhos, com a participação de toda a comunidade; e organizavam as mobilizações em torno da resolução de conflitos mais evidentes como o aumento das prestações da casa própria, a melhoria dos transportes coletivos, etc.

Vai se formando, assim, nitidamente, uma mudança qualitativa na esfera pública, na medida em que as classes subalternas vão experienciando conflitos e processando-os em sentidos que ressignificam a si mesmas, o espaço sindical e, a partir dele, o espaço da política. Não à toa, nesses primeiros anos da década de oitenta, tanto no movimento sindical urbano e rural, como no interior daqueles movimentos que, por não portarem demandas específicas do mundo do trabalho, designa-se como “movimento popular”, proliferam espaços coletivos, de sociabilidade, cada um dos quais com função distinta, caráter diverso, mas potenciadores de um redimensionamento da participação política dos indivíduos, criando situações em que, muitas vezes, uma mesma pessoa participava, ao mesmo tempo, de vários deles: eram o sindicato, o grupo de oposição sindical, a tendência sindical, o partido “legal”, a organização política clandestina, o organismo da Igreja, o grupo de estudo, a oposição comunitária, articulada ou não, em torno do jornal do bairro, etc.

No início dos anos 80, as lutas deixavam de ser apenas contra o patrão para incorporar uma dimensão mais ampla, identificando também o regime, direta ou indiretamente, como a outra parte do conflito. Essas pressões acabaram por canalizarem-se no sentido da Campanha pelas Diretas-Já, organizada em apoio à aprovação da Emenda Constitucional do deputado Dante de Oliveira, e que se tornou o maior movimento de massas da história política brasileira.

---

reivindicações comuns aos vários bairros, a exemplo da questão relativa aos transportes coletivos.” (Paiva, 1994, p. 44)

No RN, a Campanha, contou com o apoio do PT, dos comunistas abrigados no PMDB, e das entidades estudantis e sindicais, constituindo-se, dessa maneira, na primeira experiência de articulação política conjunta envolvendo partidos e movimentos sociais, após o golpe de 1964. Segundo Lopes Júnior(1992, p. 71), *“só após a deflagração da campanha é que os políticos do PMDB local (controlados pelos Alves) aderem à campanha e mesmo assim com uma participação muito tímida e restrita aos grandes comícios.”*

Esse momento impeliu reacomodações entre os grupos político-familiares dominantes locais, em consonância com as mudanças que ocorriam na conjuntura nacional e redefiniam os caminhos da transição democrática, aproximando ainda mais a oposição liberal e setores liberalizantes do regime.

Ainda quando a sucessão do general-presidente João Figueiredo parecia estar dependendo exclusivamente das definições do PDS sobre sua candidatura, as principais lideranças locais ligadas ao regime, dividiram-se estrategicamente entre os três postulantes que se apresentavam à disputa interna do partido: os ex-governadores Tarcísio Maia e Lavoisier Maia apoiaram, respectivamente, a candidatura de Mário Andreazza e Paulo Maluf; e o então governador, José Agripino, apoiou a candidatura de Aureliano Chaves.

A vitória de Paulo Maluf, na Convenção Nacional do PDS, com o apoio dos setores governistas contrários ao processo de liberalização do regime, e o potencial de mobilização popular antitadura, demonstrado pela Campanha das Diretas-Já, tensionou amplos setores das elites dominantes no sentido da construção de uma alternativa que, há um só tempo, representasse uma oposição à candidatura do regime, sem, contudo, significar uma ruptura com o mesmo, e que se mantivesse sintonizado - ainda que apenas simbolicamente - com os atores políticos que se envolveram na Campanha das Diretas-Já.

Todas essas preocupações ocasionaram, inicialmente, o surgimento de uma dissidência do PDS, chamada de “Frente Liberal”. Este grupo veio a se articular

com o PMDB, em torno da candidatura do então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, ex-filiado ao PP e um dos artífices da fusão deste partido com o PMDB, no início da década. A candidatura de Tancredo Neves, surgia, assim, como fruto de um amplo pacto entre setores hegemônicos das classes dominantes, dispostos a viabilizarem uma superação “não traumática” do regime militar.

Esse processo suscitou novas mudanças na cena política local: enquanto o ex-governador Lavoiser Maia mantinha-se fiel em seu apoio à candidatura de Paulo Maluf, o ex-governador Tarcísio Maia e seu filho, o governador José Agripino Maia, ligados ao grupo autodenominado de “Frente Liberal”, juntam-se às lideranças locais do PMDB em campanha em favor da candidatura de Tancredo Neves.

Tais mudanças, no entanto, foram aparentes. O apoio dos Alves e dos Maia à Nova República não elidia a divisão já existente entre eles. Tratava-se, num primeiro momento, de uma disputa pela primazia da representação local do novo governo e da carga significativa que ele trazia consigo como promessa de democratização do Estado. Neste nível da disputa, a vinculação ao antigo MDB e a posse da legenda do PMDB pelo grupo Alves, lhe era vantajoso no sentido de sua identificação, perante a população, com a Nova República. Os Maia, por sua vez, em função da persistente polarização que mantinham com o grupo PMDB-Alves e de sua imagem fortemente associada ao regime que se esvaziava, tinham dificuldades em portar e compartilhar com os “Alves” o discurso “mudancista” disseminado por todo o período que marca a superação do regime militar.

Num segundo momento – e como decorrência do primeiro – tratava-se de uma disputa em torno de cargos, postos e posições, no plano federal, que possibilitassem o reforço da hegemonia exercida, a nível local, pelo grupo mais identificado com o setor hegemônico dentro do novo bloco político alçado ao poder central.

## **2.4 Quando se abrem fendas na esfera política local: a polaridade instituída pelo movimento sindical.**

Os primeiros anos da Nova República, foram marcados por importantes eleições, definidoras, no interior da correlação de forças políticas no RN, da relativa perda de controle do Estado pelos Maia e da conseqüente ascensão dos Alves como grupo político-familiar hegemônico.

Em 1985, na eleição para a Prefeitura de Natal, o sobrinho de Aluizio Alves, Garibaldi Alves Filho, vencia Wilma Maia, esposa do senador Lavoisier Maia. Nas eleições para o governo do Estado, em 1986, Geraldo Melo, usineiro apoiado pelos Alves, pelos comunistas, pelo grupo político-familiar dos Rosado, de Mossoró e pelos remanescentes da família de Dinarte Mariz, obtém vitória sobre João Faustino, deputado federal e ex-secretário de educação do Gov. Lavoisier Maia, candidato apoiado pelos Maia.

Nestas eleições, Geraldo pautou seu discurso na condição de representante local da Nova República e do Plano Cruzado – um plano econômico de combate à inflação, implementado em fins de fevereiro de 1986, pelo Governo Federal, que previa o “congelamento” de preços e salários por um ano, e que foi utilizado eleitoralmente por todos os candidatos a governador do PMDB, em todo o país, dado o apoio popular que o Plano recebeu. Seu slogan de campanha - “Novos Ventos, Novos Tempos”, acenava, por um lado, às perspectivas renovadas pelo Plano econômico, de realização das promessas de mudanças da Nova República. Por outro, interpelava os doze anos em que o governo do Estado esteve sob o domínio de uma única família, os Maia, instigando o eleitorado à escolha de um “novo” governo.

Seu principal oponente, João Faustino, tentava se credenciar como continuidade política do governo que se findava, comandado por José Agripino, político que gozava de grande respaldo popular.

O período que se seguiu não se caracterizou por ser de “novos ventos” e “novos tempos”, como pregava o então candidato do PMDB, mas de “ventanias” e “tempestades”, conforme anedotário corrente entre os militantes do movimento sindical à época. Pois a marca deixada pelo primeiro governo estadual do PMDB foi a truculência, a repressão e o autoritarismo com que se relacionou com os movimentos reivindicatórios e greves que eclodiram na época, o que não o distinguiu dos governos anteriores do grupo Maia.

Essas greves e mobilizações trouxeram os servidores públicos estaduais e, em especial, os professores da rede estadual de ensino público, à cena política, como principais pólos opositores ao governo estadual.

Os professores, que desde 1979, vinham desenvolvendo intensa atividade mobilizatória, deflagraram, em abril de 1986, um movimento pelo cumprimento do acordo salarial firmado com o governo do Estado, no ano anterior, então sob o controle dos Maia, e pela reelaboração (com a participação de representantes da categoria) do Estatuto do Magistério.

O movimento mostrou-se hábil e soube aproveitar a conjuntura política em seu favor. Aquele era um ano eleitoral e José Agripino, embora desincompatibilizado do cargo de governador, para ser candidato ao Senado, mantinha o controle do poder decisório no interior do governo. Isso fez com que a direção do movimento orientasse a categoria no sentido de que, em todos os comícios do ex-governador, os professores se fizessem presentes, com faixas e cartazes, colocando em público suas reivindicações e denunciando o descumprimento do acordo.<sup>22</sup>

Por outro lado, e associado a isso, o movimento conquistou o apoio do grupo Alves-PMDB, em parte, devido a presença de professores ligados ao partido na liderança da APRN, mas também pelo interesse dos Alves em promover o

---

<sup>22</sup> Lopes Júnior(1992, p. 120) nos informa que “durante três dias os professores compareceram organizadamente às cidades do interior onde o ex-governador estava fazendo comícios. Essa disposição de luta mais a

movimento como elemento de desgaste de seu adversário. De maneira que na assembleia que deflagrou a greve estava presente o então candidato a governador do PMDB, Geraldo Melo.

O movimento, ao final de quinze dias, obteve as conquistas mais importantes para a categoria em toda a década de oitenta. Mas, circunscrever seu significado a essa dimensão corporativa é empobrecedor dos efeitos que ele proporcionou, do ponto de vista político, de constituição de identidades e práticas significantes, no interior da categoria e fora dela.

O grau de visibilidade pública, conquistada pelo movimento, naquele momento, ressignificava o campo oposicionista, deslocando a polaridade instituída no espaço político local, entre os Maia e os Alves num outro sentido: “professores” *versus* “governo”.

Nessa perspectiva, como nos informa Lopes Júnior(1992, p. 120),

*“um dos aspectos mais importantes dessa greve foi a participação dos professores do interior do Estado no movimento. Esse é um fato significativo dado o controle exercido pelos chefes políticos locais, notadamente nas pequenas cidades. Ao entrarem em greve, os professores estavam desafiando não apenas o poder ‘distante’ do governo estadual, mas também o poder local, cujos representantes podem-se encontrar na próxima esquina.”*(grifos nossos)

Com efeito, o movimento dos professores e sua entidade, a APRN, bastante influenciados por setores ligados ao sindicalismo cutista e ao PT, vão se firmando como referência político-sindical, conforme nos revela o depoimento de uma liderança da categoria, na época, militante do PT e da CUT:

*“[após a conquista da direção da APRN,]a gente consegue influir em outros setores, abrir para outros setores sociais [...]. É depois*

---

conjuntura pré-eleitoral, que fazia com que qualquer ato contra o governo ganhasse grande repercussão na imprensa ‘oposicionista’, fez com que o governo fosse obrigado a atender às reivindicações dos professores.”

*dessa eleição que vem, por exemplo, a eleição do sindicato dos motoristas; é depois dessa eleição que vem a eleição do sindicato dos comerciários [...]. Então, tem uma influência muito grande na política sindical do estado e também dentro do partido. Você começa a abrir espaço para a luta dos servidores do estado de uma maneira mais geral...”<sup>23</sup>*

Esta condição de referencial político e social do movimento dos professores se cristaliza e se fortalece por ocasião dos conflitos que eclodiram entre estes e o governador Geraldo Melo.

Estes conflitos tinham uma grande carga dramática, pois a maior parte da categoria, inclusive alguns membros da diretoria da APRN, haviam apoiado a candidatura do PMDB e a vitória da mesma suscitou um clima de esperança de melhorias para todo o magistério. Mas, logo uma das primeiras iniciativas do governador foi recorrer junto ao Supremo Tribunal Federal contra o Estatuto do Magistério, alegando sua inconstitucionalidade.

Os professores, indignados, resolveram entrar em greve, tendo como principais reivindicações a manutenção do piso salarial, estabelecido pelo Estatuto, e a realização de eleições diretas para diretor das escolas. Segundo Lopes Júnior(1992, p. 128),

*“essa [...] foi a greve mais participativa que o movimento dos professores havia realizado até esse momento. O número de professores parados é maior do que na greve anterior, tanto na capital quanto no interior do Estado. Mas mais significativo que o número de educadores de braços cruzados é a grande participação nas atividades de rua que acontecem durante a greve.”*

Foi uma greve que se estendeu por mais de um mês e reconduziu o movimento dos professores à cena pública como principal ator social a se opor ao governo estadual, agora controlado por outro grupo político-familiar, os Alves. Esta

---

<sup>23</sup> Fernando Mineiro, depoimento dado ao autor, 26.03.95.

condição se espraiava pelos anos seguintes e vai se expressar, inclusive, nas eleições de 1988, momento em que o movimento dos educadores realizavam mais uma grande mobilização em defesa de reposição de perdas salariais, com passeatas, paralisações e manifestações defronte o Palácio Potengi, inclusive com confrontos com a polícia.

Naquele momento, o fato de que uma das lideranças do movimento era candidato a vereador, pelo PT, foi “*usado pelo governador*” - conforme Lopes Júnior(1992, p. 140) “*para ‘demonstrar’ que a greve [era] ‘meramente política’ e feita por uma diretoria (da APRN) que não [tinha] representatividade no conjunto da categoria.*” Segundo, ainda, a apreensão de Lopes Júnior(1992), a eleição de Fernando Mineiro foi uma das “respostas” da categoria ao governador.

Importante, aqui, perceber a mudança que se processa na percepção que o próprio governador faz das greves dos professores: num primeiro momento, quando ainda não havia se configurado uma clara identificação das lideranças do movimento com outro partido, Geraldo Melo se referia ao movimento como obra de “uma minoria radical e descomprometida com a educação”, portanto, mantinha a suposta significância negativa do movimento nos marcos do universo da escola. Já no momento seguinte, quando os professores (ou uma parcela significativa deles) dão sua “resposta” votando num representante da categoria, filiado a um partido de oposição, o discurso do governador se flexiona no sentido de deslegitimar o movimento atribuindo-lhe um caráter “político”, isto é, ele teria saído do seu território “natural” e invadido a esfera da política, ao tentar se voltar supostamente ao objetivo de eleger um seu representante.

Na verdade, essa tentativa de imputar ao movimento um caráter político, num sentido pejorativo e negativo, denunciava a presença de uma concepção que restringia o espaço político e a esfera pública ao *poder público*, reduzindo, como consequência, a legitimidade das ações e dos discursos interpostos naquele conflito, àqueles detentores de mandatos ou cargos no aparelho do Estado.

O ímpeto mobilizatório do movimento sindical, no período imediatamente posterior à posse do governo da Nova República, refletia a tentativa das classes subalternas de instituir novos direitos e novos espaços de representação de classe, em face, inclusive, das ambigüidades e dos retrocessos acenados pelo governo do Presidente Sarney, quanto ao processo de consolidação democrática.

A CUT passava a ser reconhecida como principal interlocutora, enquanto representação sindical<sup>24</sup>, embora dividisse a hegemonia com a CGT (Central Geral dos Trabalhadores), fundada, em 1986, pelos setores que antes haviam constituído a CONCLAT e que davam apoio ao governo da Nova República.

Nesse sentido, o período que se segue às eleições de 1986 foi marcado por uma profunda tensão entre o Governo da Nova República e o movimento sindical, em especial o cutista. Nesse processo conflituoso, tendo hegemonia no interior da Central e havendo uma confluência de quase todos os partidos em apoio à Nova República, o PT sedimentou sua condição de principal partido de oposição, “à esquerda”, ao Governo Sarney, à Nova República, e à transição conservadora.

Seis dias após as eleições, quando ainda se apuravam os votos, o governo federal anunciava uma série de medidas econômicas - o Plano Cruzado II - que permitiam aumento de preços, impostos e tarifas públicas, além da manipulação dos índices de inflação e de arrocho salarial.

Pairava no imaginário social o sentimento de que o PMDB, que havia conquistado o governo em 22 estados e mais de 50% do Congresso Constituinte, como resposta favorável do eleitorado ao Plano Cruzado I, e o Governo Sarney, que, naquele período, havia alcançado altíssimos e inéditos índices de popularidade, segundo as pesquisas de opinião pública, graças ao plano econômico, havi-

---

<sup>24</sup> “No final de 1985, em particular depois da greve dos bancários ocorrida em setembro, excepcionalmente bem coordenada, a CUT começou a ser reconhecida como a organização predominante no movimento sindical. Seu quadro de associados incluía por volta de 1.250 sindicatos, representando cerca de quinze milhões de trabalhadores. Em números absolutos de sindicatos a CONCLAT ainda estava na frente, mas essas cifras eram enganadoras; por exemplo, os quatro sindicatos de bancários que pertenciam à CUT representavam mais de 70% dos bancários do país. O Ministério do Trabalho calculou que nos primeiros onze meses de 1985, 6.112.000 trabalhadores participaram de greves; destes, cerca de 60% foram liderados por sindicatos da CUT e a maior parte dos outros 40% recebeu dela algum tipo de apoio.” (Keck, 1990, p. 205).

am enganado a população, vendendo a ilusão da estabilidade econômica e da redução da inflação a 0%, em troca de votos.

Os primeiros sinais de resistência e descontentamento popular apareceram no chamado “badernaço de Brasília”, quando populares, insatisfeitos pelo aumento das passagens de ônibus, realizaram um violento protesto na cidade (Um vendaval..., 1986, p. 46-47), e na forma da greve geral de 12 de dezembro, convocada pela CUT e CGT. A greve, mesmo que parcial, atingiu categorias em todo o país.

No RN, aderiram à greve mais de dez categorias, em especial o funcionalismo público estadual e federal, além de se registrar manifestações públicas em Pau dos Ferros, Apodi, Mossoró, Macau e Natal (com cerca de 5.000 pessoas). (Greve..., 1986, p. 5)

Já no início de 1987, ocorre pela primeira vez na história sindical do estado, uma campanha salarial unificada de quatro sindicatos: o de fiação e tecelagem, alfaiates e confecções, motoristas e padeiros. (Notícias..., 1987a) Além disso, outros movimentos são registrados como: a greve dos bancários, em todo o estado; dos operários têxteis da FAMOSA, em Macaíba; dos trabalhadores da rede pública de saúde, em todo o estado; dos professores da UFRN; dos motoristas e cobradores de ônibus, em Natal; as paralisações dos mergulhadores à serviço da PETROBRÁS, em todo o estado, e de trabalhadores de empreiteiras desta mesma empresa, em Alto do Rodrigues; dos operários da construção civil, em Natal; dos professores da UNIPEC, em Natal; dos estudantes, em diversas escolas municipais e estaduais, em Natal; e dos professores de ensino primário, em Montanhas e São José de Mipibu. (Notícias..., 1987b)

O incremento da atividade mobilizatória do movimento sindical local, nesse momento, pode ser atestado, ainda, pela ampla participação das categorias, na greve geral nacional contra o novo plano econômico do governo - o Plano Bresser -, convocada pela CUT e pela CGT. Enquanto nos grandes centros do país a

greve não obteve a adesão esperada pelas lideranças do movimento, no RN, a greve alcança grande visibilidade. Até então não se tinha registro, no movimento sindical local, de tantas categorias mobilizadas, ao mesmo tempo, em torno de um movimento grevista, ainda que algumas das categorias já estivessem mobilizadas ou em greve antes do dia da deflagração do movimento, à nível nacional, devido a conflitos específicos.<sup>25</sup>

De toda maneira, o registro da imprensa local sugere a força daquele movimento:

*“A cidade praticamente parou devido a adesão dos motoristas de ônibus. Apesar de abrir, o comércio teve um movimento baixíssimo e apenas os vendedores mais dispostos, foram trabalhar. As fábricas de confecções, pela primeira vez na história sindical do Estado, aderiram ao movimento, sendo que 4.000 operários das confecções Guararapes não foram ao trabalho, dos 4.500 que fazem o quadro da empresa”.*(Pela manhã..., 1987, p. 5)

*“Em resumo, a greve geral paralisou os setores vitais da cidade de Natal. No interior, as maiores cidades apresentaram pequenas alterações no movimento normal do comércio e nas agências bancárias. Segundo explicações do Comando de greve, ocorreram atos políticos e culturais, nos municípios de Mossoró, Caicó, Macau, Açu, Currais Novos, Apodi, Santa Cruz, Ceará-Mirim, Macaíba e Areia Branca.”*(Diversos..., 1987, p. 5)

Vê-se, portanto, que o movimento sindical local, nesse período, desenvolve intensa atividade, e começa a se articular às iniciativas mobilizatórias de nível nacional, com o crescimento da penetração das centrais sindicais CUT e CGT. É nesse momento, inclusive, que os setores identificados com a proposta sindical cutista vão ampliar sua presença no sindicalismo local, junto a categorias social e

<sup>25</sup> As matérias jornalísticas, daqueles dias, registram que as categorias mobilizadas na viabilização dessa greve, foram as seguintes: servidores públicos estaduais, professores da rede oficial e particular de ensino, professores e funcionários da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, trabalhadores da construção civil, eletricitários, metalúrgicos, gráficos, previdenciários, médicos, cobradores e motoristas de ônibus, costureiras e trabalhadores das indústrias de confecções, petroleiros, telefônicos, arquitetos, tecelões, jornalistas, funcionários da Companhia de Águas e Esgotos do RN e bancários.

politicamente relevantes, através da filiação de suas entidades, como foi o caso da APRN, pela organização das Oposições Sindicais Cutistas, entre os bancários, ou pela conquista das suas direções, como a do Sindicato dos Petroleiros.

Ademais, a nacionalização dos efeitos das políticas econômicas implementadas pelo governo da Nova República e a erosão de suas bases de legitimação, somada à consolidação do processo de reorganização do movimento sindical brasileiro, com um patamar mínimo de autonomia frente ao Estado e os grupos políticos dominantes, criavam um clima propício à retomada das lutas sociais em todo o país.

Há de se registrar, inclusive, a incidência com que grande parte das greves e mobilizações nesse período estão relacionadas à categorias ligadas ao setor público, tanto a nível local como nacionalmente, resultante de três fatores: em primeiro lugar, uma retração do ímpeto mobilizatório dos trabalhadores do setor privado em face das ameaças de desemprego causado pelo fracasso do Plano Cruzado. Em segundo, os efeitos das políticas oficiais (tanto do governo federal como dos governos estaduais) de combate ao déficit público, que implicaram no sucateamento dos serviços públicos e em pesadas perdas salariais acumuladas pelos trabalhadores do setor público federal e estadual, que por terem relativa estabilidade, se sentiam mais motivados às mobilizações e greves. Em terceiro, a evolução do setor de serviços e administração pública, o qual foi um dos que revelou taxas positivas de crescimento e uma das mais elevadas taxas de criação de empregos num quadro de estagnação do mercado de trabalho.<sup>26</sup>

O quadro político no final da década de oitenta era muito complexo: a nível nacional, as vitórias do governo Sarney, às custas de uma agressiva política de cooptação, cognominada popularmente de “a política do é dando que se recebe”,

---

<sup>26</sup> “A evolução do movimento grevista ao longo de 1987 revela uma singularidade em relação à trajetória de ascenso do movimento inaugurado em 1983. Até o ano de 86, os trabalhadores do setor privado estavam na dianteira do movimento grevista. A partir de 1987, a situação se inverte e o setor público passa a ser o setor dinâmico. Para se ter uma avaliação, o número de grevistas do setor neste ano representou aproximadamente 2,8 vezes o número de grevistas do setor privado.”(Central Única dos Trabalhadores, 1988, p. 7)

sobre parlamentares e governadores estaduais, significava a descaracterização total do que restava da imagem do PMDB. A base política que sustentava o governo Sarney não se articulava em torno de supostas propostas programático-partidárias ou de clivagens ideológicas, mas tão-somente em volta da pessoa do Presidente e seu grupo mais próximo, os quais distribuía benesses em troca de lealdade.

Ao mesmo tempo que o governo arrancava vitórias no Congresso Constituinte, via-se diante de novas demonstrações de resistência da sociedade civil organizada, tanto em relação aos efeitos de seu novo plano econômico, o Plano Bresser, como na inércia com que o governo tratava algumas questões setoriais. Assim é que se registra, no segundo semestre de 1988, nova onda de greves, são mais de 1 milhão de grevistas, especialmente de funcionários públicos federais e trabalhadores das estatais, além de ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Sem-Terra, em vários estados. Nesse momento, ganharam repercussão nacional, o movimento dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e o protesto dos “Sem Terra” em Porto Alegre, pela repressão de que foram alvo, das Forças Armadas, responsável por mortes de trabalhadores. (Os tiros..., 1987, p. 32-47)

O perfil do voto saído das urnas, nas eleições municipais realizadas naquele ano, foi de um voto “oposicionista”: era evidente, não apenas a desilusão com a Nova República, o governo Sarney e o PMDB, mas o deslocamento das esperanças para alternativas mais “à direita”, com a vitória e o crescimento de candidaturas do PDS, do PTB e ligadas à UDR (União Democrática Ruralista), e à “esquerda”, com as vitórias do PT.

Entretanto, era inegável, também, que a grande novidade anunciada pelas urnas estava nas possibilidades eleitoralmente favoráveis da candidatura de Lula na eleição para presidente a ser realizada no ano seguinte, resultantes da vitória e evidenciamento nacional do PT. Aliás, o evidenciamento do PT como novo ator

político relevante se fez também no RN, com a conquista da prefeitura de Janduís e a eleição do professor Fernando Mineiro como vereador de Natal.

A situação política do Brasil, no período imediatamente posterior às eleições de 88, era marcada pelo crescente credenciamento da candidatura Lula e a intensificação das mobilizações sindicais contra os efeitos do “Plano Verão”, que redundaram na convocação e realização da greve geral de 14 e 15 de março de 1989, em pleno ano eleitoral.

A greve, no RN, atingiu pouco mais de 20 categorias, e foi marcada pela repressão policial sobre os grevistas, principalmente no segundo dia, cuja data coincidia com o aniversário do último ano do governo Geraldo Melo. Contando com a adesão maciça dos servidores públicos estaduais, o movimento, num certo sentido, adquiriu o caráter, também, de oposição a um governo identificado como um dos mais repressores em relação aos movimentos sociais.

Em face do ascenso e da difusão nacional das greves<sup>27</sup>, se desenvolvia todo um conjunto de iniciativas de intimidação às greves e mobilizações sociais, em especial aquelas dirigidas pela CUT, tanto através das propagandas do governo e dos grandes meios de comunicação, que apresentavam as greves como “baderna”, movimentos “de violência e subversão da ordem”; como também por meio de atos de sabotagens contra as greves ou de terrorismo, como ficou cristalizado no atentado que destruiu o monumento erguido em memória dos operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), mortos nos confrontos com o exército, em Volta Redonda.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Em 1989, “ocorreu um acentuado crescimento do número de paralisações com relação a 1988. Durante 89 foram registradas [...] 1.548 greves, que envolveram um contingente em torno de 10,1 milhões de trabalhadores. Esse número equivale a cerca de 20% da PEA (População Economicamente Ativa)”. Foi um crescimento que superou em mais de 80% o número de greves verificado em 1988, ocorrendo com maior intensidade no setor privado do que no setor público, interrompendo uma tendência de crescimento deste último, desde 1986, muito embora o número de greves neste setor, neste ano, tenha crescido 25% em relação a 1988. Cf. Central Única dos Trabalhadores (1990, p. 3, 7-8)

<sup>28</sup> Esses confrontos aconteceram em 09 de novembro de 1987, por ocasião da greve dos operários da CSN. “A bomba de Volta Redonda tem a mesma origem, da que fez voar pelos ares, em abril de 1981, um oficial e um suboficial do Exército, à porta do Riocentro. O primeiro a admiti-lo foi o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, o qual, numa entrevista caracterizada por atropelos aos entrevistadores e ao vernáculo, aceitou meio a contragosto, a idéia de que quem jogou a bomba foi ‘a direita’. O general tentou entender o ato,

Esses ataques às greves tinham o propósito, na maioria das vezes explícito, de desgastar a já lançada candidatura de Lula, cuja figura estava profundamente associada a todas estas lutas sociais, dado o peso do PT dentro da CUT e nos demais movimentos sociais, além do que, tirante o PDT e o PCB - que se encaminhavam no sentido de lançarem candidaturas próprias -, os demais setores “à esquerda” do espectro político nacional estavam em processo de unificação, numa Frente, em torno da candidatura do PT.

Mas o principal efeito visado pelo ímpeto oficial antigrevista, do ponto de vista da construção de significações sociais, era deslegitimar as figuras da *greve* e do *grevista* como expressões de uma experiência a ser admitida no interior da esfera pública. Daí as tentativas de associar os movimentos grevistas à figura da “baderna” e os grevistas à figura do “baderneiro”, recuperando, com isso, a antítese “caos *versus* ordem” tão em voga no período ditatorial.

Reaparecia, nessa nova ofensiva antigreve, os traços mais marcantes do autoritarismo social brasileiro, enquanto matriz histórica de ordenamento social, isto é, um fenômeno cultural “*baseado predominantemente em critérios de classe, raça e gênero, [o qual] se expressa num sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade.*” (Dagnino, 1994, p. 104) Nessa perspectiva, a esfera pública não se configurava como *lugar* para aquelas experiências de luta social, nem espaço de visibilidade das lideranças grevistas.

O que estava em jogo, mais uma vez, era a própria noção de política e do seu espaço específico, corroborando a afirmação de Lechner (1986) de que a luta política é sempre também uma luta por definir o que é a política, mas, também, acrescentaríamos, qual o seu terreno, a sua linguagem, e principalmente, *a quem* é permitido praticá-la.

---

porém, como uma atitude de inconformismo contra ‘segmentos que se negam a obedecer a lei e a ordem’. Ou seja, a esquerda.” (Com impressão..., 1989, p. 32)

Nesse sentido, a própria natureza ambígua da Nova República intervia nessa disputa como a expressão da continuidade híbrida do estilo e das orientações antidemocráticas do regime militar, no interior do novo regime, de modo que, em alguns momentos, por exemplo, a possibilidade da vitória eleitoral de Lula, nas eleições presidenciais de 1989, era cercada pelo fantasma de um golpe militar e da volta ao silêncio das botas.

A despeito disso, o movimento sindical, em particular o sindicalismo cutista, e a esquerda, representada na figura de Lula e do PT, se firmaram como atores relevantes, no sentido de terem suas respectivas forças reconhecidas como variáveis no jogo político.

A nível local, essa revitalização do movimento sindical, ainda que não tão evidente ou com a mesma magnitude com que ocorreu no plano nacional, trasladou-se ao âmbito da política na forma do fortalecimento e ampliação de um campo político, hegemonizado pelo PT e composto ainda pelo PSB e PCdoB (Partido Comunista do Brasil), que se inseriu nas eleições estaduais de 1990, com candidaturas próprias, a partir da invocação de serem representantes locais da candidatura Lula e do questionamento da hegemonia exercida pelos dois grupos dominantes, Maia e Alves, sobre a política do estado.

Entre os grupos Maia e Alves acirravam-se as discussões sobre as candidaturas que cada um apresentaria às eleições: o grupo Alves dispunha, de dois nomes: Garibaldi Alves Filho, ex-prefeito de Natal, e Henrique Alves, deputado federal, ambos, respectivamente, sobrinho e filho de Aluizio Alves. Porém, predominava, no seio do grupo, a avaliação de que nenhum deles tinham peso político-eleitoral capaz de vencer as eleições, diante da presumida candidatura do grupo Maia, do ex-governador e então senador José Agripino Maia. Para dificultar ainda mais a situação do grupo Alves, o governador Geraldo Melo, do PMDB, eleito com o seu apoio, encontrava-se profundamente desgastado pela forma intolerante e violenta como se relacionou com os movimentos reivindicatórios do funcionalismo público estadual, em especial, os trabalhadores em educação, evidente no recorrente discurso do então candidato de oposição, José Agripino Maia, do PFL

(Partido da Frente Liberal), de que, se eleito, faria um pacto com os servidores e, especificamente, com os professores da rede estadual, como forma de superar os conflitos entre estes e o governo estadual.

O grupo Maia, que vinha se recuperando da derrota de 1986, buscava reunir as condições para vencer o pleito de 1990. Suas principais lideranças – Tarcísio e José Agripino Maia – eram legítimos representantes de Collor no estado e empreendiam esforços no sentido de atrair os setores do PL (Partido Liberal) e do recém-fundado PRN (Partido da Reconstrução Nacional), liderados pelo deputado federal Flávio Rocha, que davam sustentação política ao governador Geraldo Melo, além dos setores do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), liderados pelo ex-deputado federal João Faustino.

Estas movimentações de Tarcísio e seu filho contrariavam as pretensões políticas de Lavoisier e Wilma Maia, abrigados no PDT, que se sentiam “diminuídos” em relação ao peso político que consideravam dispor no interior do grupo político-familiar Maia.

O desfecho dessa novela foi o rompimento de Lavoisier e Wilma com o “sistema Maia”. Conforme se depreende dos informes jornalísticos da época, a causa aparente teria sido a rejeição, pelo grupo “agripinista”, da indicação de um nome ligado ao PDT como candidato a vice-governador, na chapa encabeçada por José Agripino Maia. (Lavoisier..., 1990d, p. 3; Agripino..., 1990, p. 3; Lavoisier..., 1990c, p.3)

Lavoisier, oriundo do mesmo grupo político-familiar de José Agripino, aliado sólido até a última hora (Lavoisier..., 1990a, p. 3; Lavoisier..., 1990b, p. 3), colocava-se subitamente, em lado oposto, como candidato do grupo Alves-PMDB, causando, no interior deste, por sua vez, uma pequena dissensão, em torno da então vereadora, e filha de Aluísio Alves, Ana Catarina Alves. Ela se opunha que o grupo se aliasse com Lavoisier, que antes lhe fazia oposição, e acabou por se lançar candidata ao governo do estado, pelo minúsculo PTR (Partido Trabalhista Renovador).

No tabuleiro político local, a disputa eleitoral de 1990, assim se configurava: de um lado, a candidatura de José Agripino, pela coligação “Vontade do Povo”, reunindo o PFL, PL, PRN, PDS, PSDB e PDC (Partido Democrata Cristão), conduzindo-se num discurso explicitamente de oposição ao então governador do PMDB e se desviando de qualquer vinculação com o presidente Collor, a quem dera apoio nas eleições presidenciais, e que encontrava-se bastante desgastado, naquele momento, junto à opinião pública.

De outro lado, o senador Lavoisier Maia, respaldado pela coligação “Unidade Popular”, formada pelo PDT, PMDB, PTB, PCB, PST (Partido Social Trabalhista) e PSC (Partido Social Cristão), que inicialmente teve que explicar sua súbita mudança de posição no jogo dos grupos hegemônicos; enfatizava as ligações de José Agripino e Collor, e procurava comparar os seus feitos administrativos, quando governador, com os de José Agripino, que o sucedeu no cargo, quatro anos depois.

Buscando credenciar-se como alternativa às candidaturas dos grupos Alves e Maia, vinha Ana Catarina Alves, que montou seu discurso criticando como fisiológico o acordo feito entre seu pai e Lavoisier, e identificando a natureza unívoca das duas candidaturas: ambos eram Maias. A contradição mais evidente do seu discurso estava no fato de que seu partido havia formalizado uma coligação, na chapa proporcional, com os partidos que apoiavam José Agripino. O objetivo desta tática era garantir a reeleição de seu marido, Ismael Wanderley, à Câmara Federal.<sup>29</sup>

Visto sob este ângulo, a grande novidade do processo eleitoral de 1990 estava na constituição da Frente Popular Potiguar, que representava e expressava uma inédita unidade de todos os partidos de matriz discursiva socialista, em torno de uma proposta política alternativa à costumeira e tranqüila polaridade construída entre os grupos político-familiares.

---

<sup>29</sup> Esta aproximação de Ana Catarina com o grupo agripinista não foi fortuita: no segundo turno das eleições, ela deu seu apoio a José Agripino, o qual, após eleito nomeou-a para dirigir uma entidade assistencialista criada em seu governo, a Fundação de Assistência e Promoção Social, FASP.

Sua base social militante estava ancorada naqueles atores sociais que pontilharam a década de oitenta, de lutas, mobilizações e greves, diversificando e redimensionando a esfera pública local e ampliando a noção de direito e de cidadania, num estado em que as disputas do espaço da política confundiam-se com as do espaço privado das classes dominantes.

A conquista de uma vaga na Assembléia Legislativa, por este ator político, atestava a significativa ampliação do espaço de atuação, influência e recepção de interpelações que, na verdade, não podem ser concebidas como elaborações arbitrárias ou abstratas de um único partido, mas como expressões simbólicas e representacionais de experiências mobilizatórias, de lutas coletivas, enfim, de um aprendizado instituído em espaços de sociabilidade anteriores e/ou paralelos ao espaço partidário, de um conjunto de atores marginalizados no espaço da chamada “grande política”.

Porém, apesar da luta contra esta marginalização – em suas manifestações simbólicas e concretas – terem atravessado a história, como demonstramos ao longo deste capítulo, e encontrado diversas formas e portadores, é indubitável a representatividade alcançada pelo PT, ao longo da década de 80, como um canal de expressão destas significações dignificadoras da política e dos atores que as encaparam.